



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 MENSAGEM AOS ACIONISTAS

O ano de 2012 foi marcado pela conclusão do processo de reorganização societária iniciado em 2011. A reorganização foi um marco importante, pois a Oi passou a ter apenas uma empresa listada na bolsa de valores com duas classes de ações, demonstrando uma estrutura de capital mais simplificada. Em 27 de fevereiro de 2012, foram realizadas as Assembleias Gerais da Coari Participações S.A. ("Coari"), Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR"), Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL") e da Companhia nas quais foram aprovadas as operações compreendidas na reorganização societária. Em função das deliberações tomadas nas referidas assembleias, a TNL e a Coari foram incorporadas pela Companhia em 27 de fevereiro de 2012, extinguindo-se e sendo sucedidas pela Companhia, a título universal, naquela data. Dessa forma, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela Telemar Participações S.A. ("TmarPart"), enquanto a TMAR tornou-se subsidiária integral da Companhia.

A partir de 9 de abril de 2012, as ações ordinárias e preferenciais da Oi passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA e na bolsa de Nova York ("NYSE") através de seus novos **tickers** – respectivamente OIBR3 e OIBR4 na Bovespa e OIBR.C e OIBR na NYSE.

Este ano também foi marcado pela retomada de crescimento da Oi confirmando a execução bem sucedida de sua estratégia. Os resultados da Companhia no ano de 2012 demonstraram o sucesso da estratégia e da capacidade de execução da mesma em todos os segmentos de produtos (Residencial, Mobilidade Pessoal e Empresarial/Corporativo). As Unidades Geradoras de Receita ("UGRs"), que são um indicador-chave da força das operações da Companhia, encerraram o ano em 74.339 mil. A receita líquida consolidada de 2012 totalizou R\$ 25.169 milhões e o EBITDA consolidado alcançou R\$ 7.916 milhões com uma margem de 31,5%. Já os investimentos no ano, em linha com a estratégia da Oi, somaram R\$ 6.104 milhões. É importante mencionar que, devido à conclusão da reorganização societária em 27 de fevereiro de 2012, os valores consolidados de 2012 e 2011 apresentados neste relatório não são comparáveis entre si.

No Residencial, o sucesso da estratégia se deveu aos pacotes de ofertas **triple-play** e **quadruple-play**, que associam a telefonia fixa aos produtos de mobilidade, banda larga e TV paga. Já o sólido desempenho da Mobilidade Pessoal foi impulsionado pelo crescimento nos planos pós-pagos o que comprova a estratégia da Companhia no crescimento sustentável com foco no cliente de alto valor. É importante ressaltar que a Oi se destacou ainda por ter sido a única operadora móvel a ganhar **market share** significativo na categoria pós-pago. Adicionalmente, graças ao sucesso das ofertas de serviços fixos, móveis e de banda larga tanto a pequenas e médias empresas ("PME") quanto a grandes corporações, a linha Empresarial/Corporativo obteve um desempenho robusto.

Firmando um compromisso com outra importante prática da Companhia, a busca pelo resultado sustentável, a Oi vem evoluindo na inserção da Sustentabilidade em sua estratégia, desenvolvendo inúmeras iniciativas vinculadas ao tema, além de completar 11 anos da atuação de seu instituto de responsabilidade social, o Oi Futuro. Como consequência dessas ações, a Oi permanece pelo quinto ano consecutivo no Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE") e pelo terceiro ano no Índice de Carbono Eficiente ("ICO2"), ambas iniciativas da BM&FBOVESPA.

Em síntese, a Oi vem executando com sucesso sua estratégia, sempre alinhada com os interesses de seus clientes, acionistas, colaboradores e demais **stakeholders**. Tudo isso posto, a Oi tem novos e importantes desafios em 2013 e estamos confiantes que a Companhia terá sucesso na continuidade de seu plano e na busca pelo crescimento sustentável.

2 CONJUNTURA ECONÔMICA

O cenário de 2012 foi marcado por maior volatilidade do que o ano anterior, fruto da expectativa em relação a uma eventual ruptura da zona do Euro, a retomada da atividade econômica norte-americana e o crescimento econômico chinês, importante motor da economia mundial. Recessão e desempenho na Europa, lenta recuperação econômica, eleições presidenciais e a expectativa de um abismo fiscal nos Estados Unidos, além de problemas climáticos impactando preços de **commodities** mundiais, marcaram o ano de 2012.

No Brasil, a redução da taxa Selic pelo Banco Central em 375 bps (**basis points**) em 2012, de 11% para 7,25% ao ano, bem como intervenções pontuais realizadas na economia, tendo o governo retomado sucessivamente uma série de benefícios a alguns setores da economia, não foram suficientes para dar suporte à retomada da atividade econômica do país. Os indicadores de atividade econômica e de Produto Interno Bruto mostraram-se continuamente abaixo das expectativas do mercado. O cenário externo de fraco crescimento econômico, de fato, representou um fator restritivo para a demanda agregada do país.

Ainda que o cenário seja de baixo crescimento econômico, com o mercado de trabalho aquecido, o desemprego a níveis historicamente baixos e a renda real da população em elevação, a inflação foi mantida em um patamar desconfortável para o governo. Apesar do IPCA ter apresentado redução em 2012 (5,84% em relação a 2011 (6,5%)), há que se lembrar que este número (i) incorpora uma nova metodologia de cálculo (favorável), (ii) permanece acima da meta de inflação do Banco Central e (iii) está acima da previsão inicial do mercado que apontava para 5,27%, de acordo com a pesquisa FOCUS do Banco Central divulgada em 16 de março de 2012.

Quanto ao cenário prospectivo, o boletim FOCUS aponta para um cenário de retomada da atividade econômica brasileira, projetando crescimento do PIB de 3,2% em 2013 e de 3,6% em 2014. Contribui para isso a manutenção em 2013 da taxa Selic nos níveis atuais de 7,25%. Segundo o boletim, o IPCA não irá convergir para o centro da meta, encerrando 2013 a 5,53% e 2014 a 5,5%, o que deverá contribuir para a necessidade de elevação da taxa Selic em 2014 para 8,25%. No cenário cambial, o consenso de mercado prevê dólar a R\$ 2,07 em 2013 e R\$ 2,05 em 2014, frente a um fechamento de R\$ 2,0435 em 2012.

3 O SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES EM 2012

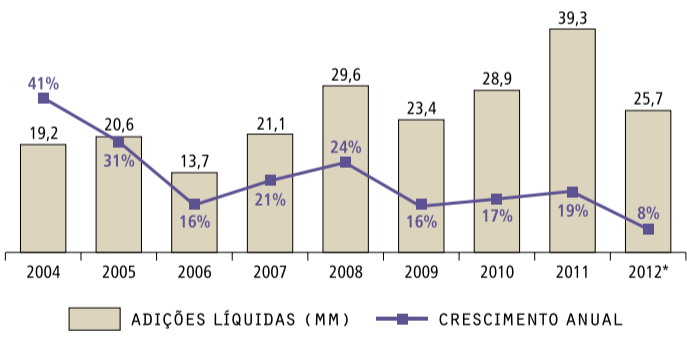
No ano 2012, o total de acesso dos serviços de telecomunicação no Brasil somou cerca de 339,1 milhões, representado por 43,7 milhões de linhas fixas em serviço, 262 milhões de usuários móveis, 19,2 milhões de acessos de internet em banda larga fixa e 16 milhões de usuários de TV por assinatura. A evolução de 10,2% que corresponde a 31,6 milhões de acessos em relação a 2011 foi motivada principalmente pelas expressivas adições líquidas do segmento de produtos móvel.

Telefonia Fixa
O mercado brasileiro de telefonia fixa atingiu em 2012(*) 43,7 milhões de linhas em serviço, evolução de 2,7% sobre o ano anterior. Este encontra-se maduro com crescimentos apenas marginais, uma vez que existe uma tendência mundial de migração de tráfego da telefonia fixa para a telefonia móvel. As concessionárias de telefonia fixa representavam 70% do total dos acessos fixos em serviço em 2012(*).
*última informação divulgada pela ANATEL relativa a setembro de 2012

Telefonia Móvel
Com 262 milhões de usuários em dezembro de 2012 e taxa de penetração de 132,7% sobre a população, o mercado de telefonia móvel brasileiro apresentou crescimento expressivo por mais um ano. As adições líquidas em 2012 somaram 25,690 milhões de usuários, refletindo crescimento de 8,1% em relação ao ano anterior. O pré-pago representou 80,5% do total de usuários móveis em dezembro de 2012 (81,7% em 2011), enquanto no pós-pago os usuários representaram 19,5% do total da base móvel.

Cabe destacar a expressiva evolução dos acessos de banda larga móvel em 2012. Com mais de 1,2 milhões de novas adições de dezembro de 2011 a dezembro de 2012, os acessos de terceira geração (3G) somaram 6,7 milhões ao final do ano. O significativo crescimento de 21,5% na base de acessos 3G evidencia o potencial deste mercado.

CRESCIMENTO ANUAL DO MERCADO DE TELEFONIA MÓVEL



Banda Larga Fixa

O mercado de acesso à internet através da banda larga fixa manteve-se como uma das alavancas de crescimento do setor em 2012. Ao final de 2012(*), a base de usuários atingiu cerca de 19,2 milhões de acessos, revelando crescimento de 16,7% frente a 2011, o que representou 2,75 milhões de novos usuários. A penetração dos serviços de banda larga no país, considerando-se as tecnologias de acesso por cabo, ADSL e rádio, situava-se em 31,3% dos domicílios brasileiros, demonstrando que ainda existe grande potencial de expansão neste mercado.

*última informação divulgada pela ANATEL relativa a novembro de 2012

TV por Assinatura

Em dezembro de 2012, a base de usuários dos serviços de TV por assinatura mostrou uma evolução de 3,4 milhões, um crescimento de 27,03% no ano de 2012 (30,5% em 2011). Ao fim de 2012, os acessos de TV por assinatura totalizaram 16,2 milhões de assinantes.

Tal evolução, por mais um ano, foi impulsionada pelo crescimento dos pacotes voltados para as camadas de menor poder aquisitivo da população brasileira, onde ainda existe forte demanda reprimida no país. A taxa de penetração relativamente ao total de habitantes atingiu 27% (21,2% em 2011), o que comprova o potencial de crescimento deste mercado no país.

Os acessos através da tecnologia DTH (**Direct to Home**) foram responsáveis por 61,7% dos novos usuários, seguido pela tecnologia a cabo, com 38,3%. Cabe ressaltar que as novas entrantes do mercado, dentre as quais a Oi, utilizam a tecnologia DTH.

Cenário Regulatório

* Contratos de Concessão, PGMU e instrumentos relacionados

A assinatura dos novos Contratos de Concessão ocorreu somente na data de 30 de junho de 2011, em virtude das discussões relativas à proposta de novo Plano Geral de Metas de Universalização ("PGMU"), marcadas por divergências quanto aos impactos econômico-financeiros decorrentes do atendimento das metas propostas e, especialmente, quanto à necessidade de equipacionamento das fontes de financiamento requeridas para a viabilização do plano, condição prevista pela Lei Geral de Telecomunicações.

* Plano Geral de Atualização da Regulamentação

Em outubro de 2010, completaram-se dois anos da edição do PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação –, momento para o qual se previa a conclusão das ações de curto prazo previstas nesse Plano, incluindo-se novos regulamentos sobre temas de grande importância para o setor. Nem todas essas ações foram finalizadas. O status dos principais temas da agenda é apresentado a seguir.

o **Regulamento de LTOG (Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita)**: dispõe sobre regras para a distribuição da Lista Telefônica e oferta do Serviço de Auxílio à Lista. Consulta Pública (11/2010) já concluída, mas Regulamento ainda não foi publicado.

o **Regulamento de Numeração**: dispõe sobre solução para assegurar recursos de numeração para serviços de telefonia móvel na capital do Estado de São Paulo (área de código nacional 11). Consulta Pública 13/2010 concluída e Regulamento editado em dezembro de 2010. A numeração no CN 11 já passou para nove dígitos. Até dezembro de 2013 passarão a conter o nono dígito os demais CNs do Estado de São Paulo (CNs 12 a 19). Em Janeiro de 2014, entram os CNs iniciados pelo número 2 que abrangem os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Até dezembro de 2014, o nono dígito será incluído na região Norte, exceto Acre. Minas Gerais e Nordeste terão o nono dígito até 31 de dezembro de 2015. Por último, até 31 de dezembro de 2015, serão as regiões Sul, Centro-Oeste e o Acre.

o **Regulamentos de Fiscalização e Sanções Administrativas (CP 21 e 22/2010)**: Consultas Públicas finalizadas e regulamentos publicados (Sanções – Resolução 589/2012 e Fiscalização – Resolução 596/2012). Os regulamentos permitiram a redução de multas, a possibilidade de acordos substitutivos (Termo de Ajuste de Conduta – TAC), e previram nova elaboração de nova metodologia de multas.

o **Novo Regulamento de Áreas Locais (CP 23/2010)**: novo Regulamento, publicado em janeiro de 2011 por meio da Resolução 560/2011, amplia abrangência geográfica das áreas locais, provocando alteração do volume de chamadas de Longa Distância e na remuneração de redes associada a essas chamadas.

o **Novo Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD)**: submetido à CP 50/2010 no final de 2010 e regulamento aprovado, conforme Resolução 590/2012. O novo regulamento manteve a possibilidade de cobrança de EILD Especial, mas reduziu os valores da tabela de referência da ANATEL em média 17%, e incluiu possibilidade de desconto por prazo e volume. Vale destacar ainda que há novas obrigações para a oferta de EILD decorrente da aprovação do Plano Geral de Metas de Competição ("PGMC") – Resolução 600/12.

o **Revisão do Regulamento do Acesso Individual Classe Especial – AICE**: CP 11/2011 lançada em 01 de março de 2011 e regulamento publicado, conforme Resolução 586/2012. O novo regulamento define as regras básicas, os requisitos de demanda e as características para oferta, tarifação, qualidade e forma de pagamento do Acesso Individual Classe Especial – AICE, do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral – STFC, prestado em regime público. Os beneficiados pelo AICE são os assinantes de baixa renda constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (que incluem as famílias com renda de até três salários

mínimos).
o **Regulamento Geral de Qualidade das Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - RGQ-STFC**, em substituição ao Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 341, de 20 de junho de 2009, e ao Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 417, de 17 de outubro de 2005: CP 16/2011 lançada em 31 de março de 2011, mas o Regulamento ainda não foi publicado. Propõe alterações relevantes nas condições de medições sobre a qualidade da prestação do STFC.

o **Regulamento sobre os Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do STFC, envolvendo Acessos do SMP**: CP 37/2011 lançada em 11 de outubro de 2011, cujo Regulamento foi editado em 04 de novembro de 2011. O Regulamento estabelece os critérios de reajuste das tarifas das chamadas dos Planos Básicos das Concessionárias do STFC, envolvendo acessos do SMP, nas modalidades local e de longa distância nacional, em cumprimento ao art. 108 da LGT e na Cláusula 12.3 dos Contratos de Concessão.

o **Norma da Metodologia para Cálculo do Fator de Transferência X Aplicado nos Reajustes de Tarifas do STFC**: CP 39/2011 lançada em 18 de julho de 2011, mas o Regulamento ainda não foi publicado. Esta Norma tem por objetivo estabelecer os critérios e a metodologia de cálculo do fator de Transferência X, previsto nas regras contratuais de reajuste de tarifas nas modalidades do STFC, conforme §2º da Cláusula 12.1 dos Contratos de Concessão do STFC, vigentes a partir de 02 de maio de 2011, em cumprimento ao art. 7º, inciso II, do Decreto nº 4733, de 10 de junho de 2003.

o **Regulamento de Bens Reversíveis**: CP 52/2010 lançada no final de 2010, mas o Regulamento ainda não foi publicado. Disciplina a concessão de anuidade prévia para substituição, oneração e alienação de bens reversíveis. Também prevê condições mais rígidas para o controle dos bens da Concessionária.

* Outros temas

o **MVNO (mobile virtual network operator)**: foi aprovada, em novembro de 2010, a Resolução 550 que permite a prestação do SMP por operadoras virtuais (MVNO). Ainda não existem prestadoras de MVNO em parceria com a Oi. A Porto Seguro é a única operadora virtual, em parceria com a TIM.

o **Regulamento do SCM**: CP 45/2011 lançada em 08 de agosto de 2011, mas o regulamento ainda não foi publicado. Dispõe sobre dotar a regulamentação do SCM de dispositivos que atendam ao princípio fundamental do Plano Geral de Atualização da Regulamentação das telecomunicações no Brasil (PGR) de massificação do acesso em banda larga, assim como atender ao disposto no item V.20 das Metas de Curto Prazo do PGR.

o **Regulamento de Gestão da Qualidade do SCM - RGQ-SCM**: CP 46/2011 lançada em 09 de agosto de 2011, cujo Regulamento foi editado em 31 de outubro de 2011. O Regulamento estabelece as metas de qualidade e os critérios de avaliação, obtenção de dados e acompanhamento da qualidade das prestadoras do SCM.

o **Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado ("SeAC")**: CP 65/2011 lançada em 19 de dezembro de 2011, cujo regulamento foi publicado conforme Resolução 581/2012. O Regulamento operacionaliza o disposto na Lei nº 12485, de 12 de setembro de 2011, quanto a comunicação audiovisual de acesso condicionado. Apresenta o regramento para esse novo serviço (SeAC), incluindo disposições acerca da outorga do serviço, instalação e licenciamento de estações, canais de programação de distribuição obrigatória e outros, no sentido de reduzir possíveis barreiras à entrada de novos prestadores.

o **Regulamento de Gestão da Qualidade das Prestadoras dos Serviços de Televisão por Assinatura**: CP 26/2011 lançada em 23 de maio de 2011, mas o Regulamento ainda não foi publicado. Dispõe sobre a consolidação dos atuais indicadores e estabelece o Índice de Desempenho de Atendimento-IDA.

* Novos Regulamentos:

o **Concatenação de chamadas do SMP**: CP 34/2012 lançada em novembro de 2012 e regulamento publicado no mesmo mês, Resolução 604/2012, disciplinando a concatenação para todas as chamadas móveis com mesma origem e destino com menos de 120 segundos de intervalo entre elas.

o **Norma para uso de Fernetólicos**: CP 53/2012, lançada em 11 de dezembro de 2012, com prazo para contribuições até 25 de janeiro de 2013. A proposta em Consulta Pública visa melhorar e ampliar cobertura móvel indoor e desafogar tráfego das ERB principais.

o **Modelagem de Custos de Telecomunicações**: CP 26/2012, lançada em 4 de julho de 2012 e regulamento ainda não aprovado. O modelo propõe compreender os custos dos serviços de atacado regulados no Brasil, incluindo interconexão fixa, interconexão móvel e linhas dedicadas (EILD).

o **Regulamento sobre prestação do STFC fora da ATB (STFC FATB)**: CP 08/2012, lançada em 15 de fevereiro de 2012 e regulamento ainda não aprovado. O Regulamento tem por objetivo disciplinar as condições de atendimento do STFC em áreas rurais, tanto para acesso individual quanto coletivo, criando ofertas de planos de serviços em toda a área rural/FATB.

o **Plano Geral de Metas de Competição ("PGMC")**: previsto no PGR como ação de curto prazo, Regulamento do PGMC foi aprovado pela Resolução 600/2012. O PGMC definiu os mercados relevantes para o Setor de Telecomunicações, as regras para identificação dos Grupos Empresariais que contêm empresas com Poder de Mercado Significativo ("PMS"), e obrigações destinadas à incentivar a competição.

4 PERFIL DA EMPRESA

A Oi e suas controladas, dentre as quais, TMAR, TNL PCS S.A. ("TNL PCS") e 14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Cellular"), oferecem um amplo leque de produtos convergentes que incluem serviços tradicionais de telefonia fixa e móvel, transmissão de dados, acesso à internet em banda larga, provedor de internet e TV paga. Estes serviços são ofertados para residências, usuários corporativos de pequeno, médio e grande porte, entidades governamentais e outras empresas de telecomunicações. A Oi é a principal provedora de serviços de telecomunicações do Brasil. A TMAR detém a concessão para operar telefonia fixa em 16 estados das regiões Norte, Nordeste e Sudeste, e a Oi possui a concessão de telefonia fixa no Distrito Federal e em mais nove Estados das regiões Sul, Centro-Oeste e Norte do país.

Com a aquisição do controle acionário da Brasil Telecom S.A., a Oi passou a operar em âmbito nacional os serviços de telefonia móvel e de transmissão de dados, com um portfólio unificado em todas as regiões de outorga. A oferta de serviços em âmbito nacional confere à companhia a escala necessária para competir em igualdade de condições com os importantes competidores internacionais presentes no Brasil.

Pioneira e, de fato, a única operadora integrada do país, a Oi acredita que a capacidade de desenvolvimento de ofertas convergentes é importante vantagem competitiva, com vistas à fidelização do cliente.

A partir de 2009, a Oi passou a operar a rede de cabos submarinos de transmissão de fibra óptica da Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS"), controlada integral da Oi, que conecta Brasil, Colômbia, Venezuela, Bermudas e Estados Unidos. As redes das empresas BrT CS e Brasil Telecom Multimídia Telecomunicações Ltda. somam-se ao **backbone** de dados da Oi, transformando-se na maior e mais capilar cobertura de dados do país. São mais de 176 mil km, distribuídos em 23,3 mil km de **backbone** internacional (BrT CS), 32,6 mil km de **backbone** nacional e 120,3 mil km de redes estaduais e metropolitanas.

Além dos serviços de telecomunicações tradicionais, a Oi presta serviços de TV por assinatura e internet banda larga para clientes residenciais, comerciais e corporativos nas cidades de Belo Horizonte, Poços de Caldas, Uberlândia e Barbacena, no estado de Minas Gerais. Com a Oi TV integrando o portfólio completo de serviços, a Oi tornou-se a primeira empresa **quadruple play** do Brasil, com oferta combinada de telefonia fixa, móvel, banda larga e TV por assinatura. Atualmente os serviços de TV por assinatura, utilizando tecnologia por satélite DTH são oferecidos para o Distrito Federal e outros 23 estados da federação (Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins).

A imagem da Oi reflete um estilo de vida ligado à inovação, ousadia, confiabilidade e inteligência. O slogan "simples assim" resume a identidade da empresa. O objetivo da companhia é oferecer o que há de mais moderno em telecomunicações e superar os níveis de exigência dos clientes e do mercado.

5 ESTRATÉGIA DA COMPANHIA E NOVOS NEGÓCIOS

As iniciativas da Oi e suas empresas controladas visam a alcançar e manter a liderança do mercado e gerar valor para os seus acionistas. Todas essas iniciativas refletem o posicionamento de sua administração, pautado pela agilidade, simplicidade e objetividade.

A estratégia da Oi para manter a liderança do mercado, aumentar a competitividade e melhorar o desempenho financeiro, criando valor para os acionistas e demais **stakeholders**, inclui:

♦ **Foco na convergência**: através dela, a Oi consolida a diferenciação que possui no mercado por meio da oferta de pacotes integrados de telefonia fixa, móvel, banda larga e TV por assinatura. A convergência é o principal instrumento para a fidelização de clientes e alavancar vendas, além de garantir sinergias importantes que reduzem custos operacionais da companhia.

♦ **Ampliação da base de clientes e evolução dos serviços de banda larga**: por ser importante alavanca de crescimento e elemento essencial no futuro dos serviços integrados de comunicação, o acesso à internet em banda larga é um dos principais instrumentos da nossa estratégia. Para potencializar esse crescimento, a Oi investe continuamente na expansão das suas redes de banda larga (fixa e móvel), na ampliação da oferta de acesso à internet em altas velocidades e na evolução para novas tecnologias. Hoje a Oi possui a maior rede de acesso à banda larga fixa do país, com uma cobertura em mais de 4.600 municípios.

♦ **Atuação em novos negócios e mercados**: a busca pela inovação e o crescimento contínuo de novos negócios é parte essencial da estratégia da Oi. Expandir a atuação para novos negócios a partir das plataformas existentes e atuar em segmentos que complementam a oferta de serviços para os clientes são pontos-chave para garantir o crescimento futuro da organização.

A empresa analisa continuamente oportunidades de novos negócios no setor de telecomunicações e em segmentos de serviços adjacentes relevantes, como internet, TI e outros, que apresentem sinergia com os negócios da Companhia de modo a alavancar novas fontes de receita e fortalecer seu posicionamento no cenário nacional e internacional de telecomunicações.

♦ **Explorar as oportunidades de crescimento com rentabilidade, como operadora móvel nacional**: a diferenciação por meio da convergência e de ofertas inovadoras continua sendo a principal estratégia para consolidar a liderança nesse segmento de produtos. A vantagem da convergência e da inovação em ofertas com foco nos serviços e na venda de aparelho, continuarão a ser diferenciais importantes para ampliar a participação nos mercados em que opera e na rentabilidade das suas operações. A empresa continuará explorando a oferta de serviços de valor adicionado e novos produtos através da sua base de clientes, potencializando ainda mais a expansão de sua receita e rentabilidade.

♦ **Ampliar a eficiência e o controle de custos, mantendo a qualidade dos serviços**: as iniciativas para melhoria dos processos internos, com a consequente otimização dos custos e da alocação de recursos, fazem parte da nossa estratégia de aumento da eficiência operacional e ganhos de escala. Assim como a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes continuará a ser prioridade estratégica para a companhia.

6 REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 24 de maio de 2011, a controladora TmarPart divulgou fato relevante no qual comunicou que, em reunião prévia de acionistas, realizada naquela data nos termos do Acordo de Acionistas da TmarPart, havia sido aprovada orientação para que as administrações da TmarPart e de suas controladas TNL, Coari, BRT e TMAR (sendo as quatro controladas denominadas, em conjunto, "Companhias Oi") conduzissem estudos e adossassem procedimentos pertinentes visando a uma reorganização societária das Companhias Oi.

A referida Reorganização Societária teve por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a Governança das Companhias Oi, eliminando custos operacionais e administrativos e aumentando a liquidez para todos os acionistas. Nesse sentido, a Reorganização Societária compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR e a incorporação das ações desta pela Coari, bem como as incorporações da Coari e da TNL pela BRT na mesma data, conjunta e indissociada uma da outra, de modo que a implementação de cada uma dessas operações seria condicionada à aprovação da outra.

Em virtude da Reorganização Societária, a BRT passou a concentrar todas as participações acionárias nas Companhias Oi e a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, passando a ser denominada Oi S.A. A manutenção do controle acionário da Oi exclusivamente pela TmarPart foi condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a ANATEL. Coube à TmarPart e a seus acionistas diretos ou indiretos implementar as medidas necessárias para a manutenção do controle e o cumprimento de tais obrigações, incluindo, potencialmente, a permuta de ações preferenciais que detinha por ações ordinárias de titularidade de seus acionistas diretos ou indiretos.

O processo de reestruturação societária previa a constituição de Comitês Especiais Independentes para cada uma das empresas (TNL, BRT e TMAR), com o intuito de negociar as condições da operação e submeter suas recomendações aos Conselhos de Administração das respectivas Companhias.

Em 1 de agosto de 2011, os Comitês Especiais Independentes de TNL, BRT e TMAR concluíram seu trabalho e recomendaram aos Conselhos de Administração das Companhias a adoção das seguintes relações de troca nas incorporações:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
TNL P3 / BRT03	2,3122
TNL P4 / BRT04	2,1428
TNL P4 / BRT03	1,8581
TMAR3 / BRT03	5,1149
TMAR5 e 6 / BRT04	4,4537
TMAR5 e 6 / BRT03	3,8620

Ressalta-se que as relações de troca acima foram baseadas nas cotações de mercado das ações TNL, BRT e TMAR de acordo com as médias negociadas, nos 30 dias anteriores à divulgação do primeiro Fato Relevante (24 de maio de 2011), ponderadas por volume. Também foi considerada no cálculo das relações de troca a proposta de bonificação em ações de emissão da BRT resgatáveis pelo valor total de R\$ 1,5 bilhão, a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da BRT anteriores às incorporações, conforme divulgado também no Fato Relevante de 24 de maio de 2011.

Em 26 de agosto de 2011, os Conselhos de Administração da TNL, BRT, Coari e TMAR aprovaram as condições gerais da Reorganização Societária. Adicionalmente, os Conselhos de Administração das Companhias Oi aprovaram a proporção entre as ações BRT03 e BRT04 a que fariam jus os titulares de ações TNL P4, TMAR5 e TMAR6. Portanto, as relações de substituição finais foram as seguintes:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
1 TNL P3	2,3122 BRT03
1 TNL P4	0,1879 BRT03 + 1,9262 BRT04
1 TMAR3	5,1149 BRT03
1 TMAR5	0,3904 BRT03 + 4,0034 BRT04
1 TMAR6	0,3904 BRT03 + 4,0034 BRT04

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária estava sujeita à anuência da ANATEL e tal anuência foi concedida em 27 de outubro de 2011.

Tendo em vista as ações da BRT e da TNL possuíam registro junto à SEC (**Securities and Exchange Commission**), órgão regulador do mercado de capitais norte americano, a Reorganização Societária estava condicionada à declaração, pela SEC, de registro do **Registration Statement** no Formulário F-4, apresentado pela BRT à SEC. Nesse contexto, a SEC formulou comentários com relação à forma de contabilização da mais valia originada na aquisição da BRT, evidenciada nas demonstrações financeiras não auditadas **pro forma** da BRT, na data base de 30 de junho de 2011.

Por isso, foi necessária a realização de ajustes nos laudos de avaliação e nos Protocolos e Justificações referentes às incorporações da TNL e da Coari pela BRT. Os novos laudos de avaliação e os Primeiros Aditivos aos Protocolos e Justificações das Incorporações da Coari e da TNL pela BRT foram aprovados na Reunião do Conselho de Administração da TNL realizada em 17 de janeiro de 2012, bem como nas Reuniões dos Conselhos de Administração da Coari e da BRT realizadas em 18 de janeiro de 2012.

No dia 27 de janeiro de 2012, a SEC declarou o registro do **Registration Statement** no Formulário F-4. Em 27 de fevereiro de 2012, foram realizadas as Assembleias Gerais da Coari, BRT, TNL e TMAR, nas quais foram aprovadas as operações compreendidas na Reorganização Societária, além de todos os documentos pertinentes. Em função das deliberações tomadas nas referidas Assembleias Gerais, a TMAR foi parcialmente cisuda e teve suas ações incorporadas pela Coari. Por sua vez, a TNL e a Coari foram incorporadas pela BRT em 27 de fevereiro de 2012, extinguindo-se e sendo sucedidas, a título universal, naquela data, pela BRT, a qual passou a denominar-se Oi S.A. ("Oi"). Dessa forma, a Oi passou a ser controlada diretamente pela TmarPart, enquanto a TMAR se tornou subsidiária integral da Oi.

Ainda em 27 de fevereiro de 2012, foi divulgado Fato Relevante a respeito dos procedimentos para o exercício, até o dia 29 de março de 2012, do direito de retirada por parte dos acionistas dissidentes legitimados da TMAR e da TNL. Encerrado o prazo para exercício do direito de recesso, a apuração de tal exercício foi concluída em 05 de abril de 2012, tendo-se divulgado o respectivo resultado através de Fato Relevante na mesma data. O pagamento do valor do reembolso das ações dos acionistas dissidentes que exerceram o direito de retirada foi realizado no dia 09 de abril de 2012.

As ações da TMAR, TNL, Coari e Oi continuaram a ser negociadas sob os códigos TMAR3, TMAR5, TMAR6, TNL P3, TNL P4, COAR3, COAR4, BRT03 e BRT04 até o dia 05 de abril de 2012, inclusive, na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A partir do dia 09 de abril de 2012, passaram a ser negociadas (i) na BM&FBOVESPA S.A., somente as ações ordinárias e preferenciais da Companhia, sob os códigos OIBR3 e OIBR4 e nome de preço Oi, e (ii) na **New York Stock Exchange** – NYSE, somente **American Depository Shares** (ADSs) representativas das ações da Oi, sob os códigos OIBR e OIBR.C.

7 DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2012, a Companhia continuou executando sua estratégia com foco na convergência e rentabilização de serviços. Este movimento tem por objetivo alavancar a participação dos serviços da Oi no total de consumo de telecomunicações das residências e das empresas, posicionando a Companhia como uma provedora de soluções completas para os clientes.

A Companhia encerrou 2012 com 74.339 mil unidades geradoras de receita ("UGRs"). Vale ressaltar que os valores de 2012 não são comparáveis com 2011, devido à reorganização societária que foi concluída em 27 de fevereiro de 2012.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

10 INVESTIMENTOS

RS Milhões	2012	2011
Investimentos		
Rede	4.421	975
Serviços de TI	277	69
Licença 4G + Outros	1.407	254
TOTAL	6.104	1.297

No ano de 2012, alinhado com a estratégia da Companhia, os investimentos somaram R\$ 6.104 milhões, composto principalmente pelos investimentos na rede móvel com a expansão do 2G e 3G, na expansão da rede de dados na fixa e na melhoria e abrangência da Velox e Oi TV, além dos investimentos na otimização dos sistemas em TI, na aquisição da licença 4G e no crescimento das lojas próprias. Vale lembrar que valores de 2012 não são comparáveis com os de 2011, devido à reorganização societária que foi concluída em 27 de fevereiro de 2012.

■ Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento

A Oi, desde a sua criação, vem procurando se diferenciar e se manter na liderança do mercado nacional por meio de suas ações e atitudes inovadoras.

Visando atingir seus objetivos de inovação, em 2012, a Oi intensificou o processo de prospecção de serviços inovadores e desenvolveu atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento, fomentando seu ecossistema de inovação por meio do Programa Inova. Este programa é estruturado em três fábricas de inovação. A Fábrica Incremental tem como objetivo fomentar e desenvolver inovação nos processos do dia a dia da Oi (foco no curto prazo). A Fábrica Planejada tem como objetivo desenvolver projetos para implementar produtos, serviços e processos inovadores na Oi (foco no médio prazo). E a Fábrica Exploratória tem como objetivo avaliar e definir posicionamento em novas tendências, tecnologias e modelos de negócio que possam ser implementados no longo prazo.

Para implementação da Fábrica Incremental foi utilizada uma ferramenta colaborativa denominada "Mercado de Ideias", onde todos os colaboradores da Oi podem participar submetendo ideias, avaliando e contribuindo nas ideias dos demais colaboradores para solucionar desafios do dia a dia e que resultem em melhorias contínuas e operacionais dos processos, produtos e serviços da Companhia.

Os investimentos em Inovação e P&D nos projetos desenvolvidos em 2012 totalizaram R\$ 144 milhões em 63 projetos.

11 MERCADO DE CAPITAIS E ESTRUTURA ACIONÁRIA

At the final of 2012, the capital of the Company was represented by 1.797,1 million shares, valued at R\$ 599,0 million shares ON and 1.189,1 million shares of PN.

	Capções do Capital Social	Em Tesouraria	TmarPart	Acionistas TmarPart (%)	Em Circulação
Ordinárias	599.008.629	84.250.695	290.549.788	61.995.173	162.212.973
Preferenciais	1.198.077.775	72.808.066	441.556.694	683.713.015	
Total	1.797.086.404	157.058.761	290.549.788	503.551.867	845.925.988

obs.: - Posição acionária em 31/12/2012.

(*) AG Telecom, Andrade Gutierrez, BNDES, Bratel, Funcef, La Fonte Telecom, LF TEL, Petros e Previ.

■ Nossas Ações*

Na BM&FBOVESPA, as ações da Oi encerraram o ano de 2012 cotadas a R\$ 9,16 OIBR3 e a R\$ 8,32 OIBR4. Apresentaram desempenho positivo em 2012 de 13,0% OIBR3 e 15,2% OIBR4. O Ibovespa encerrou o mesmo período com alta de 7,4%.

Na bolsa de Nova York (NYSE), os ADRs da Companhia tiveram valorização de 2,82% OIBR e 1,40% OIBR.C em 2012.

* fonte de dados: **Econômica**

■ Relações com Investidores

A área de Relações com Investidores da Oi tem como missão desenvolver e executar adequada e consistente política de transparência e de divulgação de informações, além de cultivar estreito relacionamento com os analistas e investidores e ser o principal canal de comunicação da empresa com os agentes do mercado de capitais, nacional e internacional. Entre as atividades realizadas pela área de RI estão reuniões com investidores nacionais e estrangeiros, encontros da Associação dos Analistas do Mercado de Capitais (APIMEC) e participação em conferências e **roadshows** no Brasil e no exterior, bem como congressos voltados aos profissionais de investimento e do mercado de capitais.

Em 2012, ressalta-se a participação da equipe de Relações com Investidores em 17 conferências no Brasil e exterior, tendo-se reunido com cerca de 1.300 investidores e analistas.

■ Dividendos

Em abril de 2012 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária pagamentos de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 2011. O pagamento de dividendos foi efetuado em maio de 2012 no valor total de R\$ 2,0 bilhões, equivalente ao montante de R\$ 1.219487094508 por ação ordinária e preferencial.

Em agosto de 2012 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e efetuado o pagamento de dividendos e bonificação conforme segue:

- Pagamento de dividendos no valor total de R\$ 507.715.614,95 (quinhentos e sete milhões, setecentos e quinze mil, seiscentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos), equivalente ao montante de R\$ 0,309577473963 por ação ordinária e preferencial.
- Pagamento do resgate das ações preferenciais classe B e C emitidas em bonificação aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo valor total de R\$ 492.284.385,05 (quatrocentos e noventa e dois milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos), equivalente ao montante de R\$ 0,300168346034 por ação ordinária e preferencial.

12 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Oi vem mantendo seu processo evolutivo no que tange às práticas de Governança Corporativa. O sistema institucional no qual a Companhia está inserida engloba seu estatuto social, estrutura societária, estrutura organizacional, políticas, procedimentos e práticas adotadas que interagem visando cumprir os objetivos sociais e assegurar a perenidade do negócio.

Parte deste processo foi a publicação no último ano, da Política de Transações com Partes Relacionadas e Situações Envolvendo Conflito de Interesses, que tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos para transações dessa natureza, preservando a transparência do processo, de modo que as decisões sejam tomadas no melhor interesse da Companhia, seus administradores e seus acionistas. Em dezembro de 2012 a Oi aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, corroborando o compromisso da Companhia com a transparência e reforçando o interesse na melhoria de suas práticas.

Além disso, como destaque houve a realização da simplificação da estrutura societária, resultando em fatores muito positivos, visando a agregar valor aos acionistas, reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros tornando a Companhia mais atraente para os investidores e com maior acesso ao mercado de capitais.

O gerenciamento de riscos, incluindo a estrutura de controles internos, são práticas da Companhia, consideradas fundamentais para atingir seus objetivos. Continuamente aprimorado, o Modelo de Gestão de Riscos da Oi, desdobrado até o nível de processos, segue as boas práticas de mercado, como a Norma Brasileira de Gestão de Riscos (ABNT - NBR ISO 31000), o **Internal Control - Integrated Framework**, do Coso (**Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission**), e o **Cobit (Control Objectives for Information and Related Technology)**.

Em 2012 a Oi fortaleceu o modelo de gestão de riscos mediante a implementação de um Comitê de Continuidade de Negócios, com atuação estruturada em conformidade com a norma ABNT - NBR ISO 15.999, com objetivo de mitigar possíveis riscos com impactos não só em suas operações, mas principalmente na sociedade ou no meio ambiente. Alinhado às práticas da Companhia, em 2012 a Oi continuou sua busca por um Resultado Sustentável, consolidando a cultura do tema internamente e estendendo aos nossos **stakeholders**. A Companhia permanece prestando serviços convergentes de telecomunicações, promovendo a inclusão digital e possibilitando o acesso à cidadania a milhões de brasileiros. As parcerias com o Governo como o programa Banda Larga nas Escolas e o Plano Nacional de Banda Larga são parte destas ações de inclusão social.

Além disso, no último ano, a Oi avançou no seu Projeto Gestão de Sustentabilidade na Cadeia de Fornecedores, pois sabe da importância de integrar na sua cadeia de valor os aspectos relativos à responsabilidade socioambiental. Com o objetivo de melhorar suas práticas de gestão de resíduos, a Oi firmou parceria com empresa de logística reversa especializada em serviços de coleta, manejo de resíduos e reciclagem de produtos eletrônicos velhos ou sem uso e produtos pós-consumo. Por meio dessa parceria, a Oi financiará a construção de cinco fábricas de reciclagem no país, em contrapartida à prestação de serviços de coleta, manufatura reversa e destinação final de resíduos produzidos pela própria Empresa, de seus fornecedores, clientes e colaboradores, além da gestão de todo o processo. Com isso a Oi dá uma contribuição importante para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, sendo uma iniciativa pioneira no seu setor.

A atuação da Oi na área de responsabilidade social corporativa se dá por meio do "Oi Futuro", certificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Criado em 2001, atua em programas nas áreas de Cultura, Sustentabilidade e Educação, usando as tecnologias da informação e da comunicação para promover transformações sociais e estabelecer novos modelos de referência, inspirando a promoção de políticas públicas.

Na área de cultura, atua em três centros culturais próprios, dois no Rio de Janeiro e um em Belo Horizonte, além de dois Museus das Telecomunicações. Adicionalmente gerencia o Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados. Em 2012 a Oi manteve-se como uma das principais patrocinadoras do país, selecionando mais de 90 projetos através de edital público. Em educação, a Oi Futuro apoia e desenvolve projetos educativos que utilizam novas tecnologias de comunicação e informação para a transformação do ambiente escolar e capacitação de jovens para as profissões do futuro, destacando-se, entre estas iniciativas, o Núcleo Avançado em Educação ("NAVE") com escolas no Rio de Janeiro e Recife e o Oi Kabum!, Escola de Arte e Tecnologia com espaços no Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Salvador. Em 2012, estes programas beneficiaram mais de 1.200 jovens. Na área de Sustentabilidade, através do programa Oi Novos Brasis, apoia projetos socioambientais em diversos campos tais como: garantia de direitos, trabalho e renda e educação para a sustentabilidade. Ao longo de 2012 os projetos executados beneficiaram mais de 4.000 pessoas. Adicionalmente o Oi Futuro reforçou seu compromisso para construção de políticas públicas, apoiando no último ano, 28 projetos dos FIA - Fundos Públicos da Infância e da Adolescência. O website (<http://www.oifuturo.org.br>) do Oi Futuro traz mais informações acerca dos seus programas.

As iniciativas descritas acima e o avanço do tema na estratégia da Companhia contribuíram para a sua permanência, pelo quinto ano consecutivo no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e integrando pelo terceiro ano o Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambas as iniciativas da BM&FBOVESPA. Em 2012, a Oi completou três anos de sua adesão ao Pacto Global das Nações Unidas, comprometida permanentemente a adotar em suas práticas de negócios, os valores nos âmbitos de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Como reconhecimento ainda pelo avanço no processo de gestão e comunicação da sustentabilidade, com a publicação do Relatório Anual de Sustentabilidade referente 2011, o primeiro da Companhia adotando o padrão internacional da GRI (**Global Reporting Initiative**), a Oi foi uma das finalistas do Prêmio Relatório Anual da ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas) e recebeu a premiação do **IR Global Rankings** conquistando o primeiro lugar em melhor evolução de Relatório Anual Online na América Latina.

Os temas Governança Corporativa e Sustentabilidade serão tratados com maior profundidade no Relatório Anual de Sustentabilidade da Oi, com publicação prevista ainda para o primeiro semestre de 2013.

13 COLABORADORES

A Oi possui 15.146 colaboradores na atividade de telecomunicações, sendo 721 estagiários e 104 aprendizes técnicos. Do total de colaboradores, 58% são do sexo masculino e 42% do sexo feminino. Os cargos executivos são integrados por 76% de homens e 24% de mulheres.

A média de idade dos colaboradores é de 36 anos, com um tempo médio de empresa de 7 anos. A Oi está presente em 26 estados mais o Distrito Federal, com profissionais alocados em mais de 150 endereços. Adicionalmente, a Oi possui 16.678 colaboradores alocados em atividades de call center, 4.737 alocados em atividades de implantação e manutenção de rede e 178 em outras atividades.

Por meio de programas especializados, forma-se uma equipe de primeira linha: 220 facilitadores de gestão, 40 Black Belts, 300 Green Belts, 15 Yellow Belts, 464 líderes de projetos e PMOs e 216 líderes de processo.

O modelo Gestão da Companhia é baseado no "Gerenciamento pelas Diretrizes", totalmente alinhado com sua estratégia. Em 2012 foi introduzida uma nova ferramenta de gestão com uma ampla capacitação de todos os gestores da Companhia no seu uso. A nova ferramenta facilita o gerenciamento da rotina do dia a dia e contribui para um maior alinhamento de cada gestor com os integrantes das suas equipes, que passam a gerenciar os processos sob sua responsabilidade mais de perto e concentram suas ações no tratamento da causa-raiz de desvios e na implantação de planos de ação estruturados para a melhoria de performance.

A área de Gente da Companhia trabalha continuamente a adequação da sua estrutura e processos às estratégias de negócios da Companhia, de forma a viabilizar maior eficiência operacional.

Para fundamentar o Ciclo de Desenvolvimento de Gente, a Oi trabalha com uma Gestão de Carreira cujas principais ferramentas são o processo de recrutamento interno livre e uma estratégia de desenvolvimento profissional que, além de orientar o autoconhecimento e desenvolvimento, permite que os Colaboradores estejam aptos a fazer um bom planejamento de sua carreira.

Como forma de proporcionar crescimento profissional aos Colaboradores, a Oi possui a Avaliação de Desempenho nos modelos 360 e 270 graus. O primeiro é designado aos Gestores e contempla as etapas de auto-avaliação, avaliação do Gestor, pares, clientes internos e subordinados. Já o modelo 270 graus é composto pelas etapas de auto-avaliação, avaliação do Gestor e dos clientes internos e é voltado para os demais Colaboradores. O processo é anual, porém, no ano de 2012 - extraordinariamente - não aconteceu o ciclo avaliativo.

Além disso, a Oi possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, através de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio.

Na Oi, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus Colaboradores como, por exemplo, as trilhas de desenvolvimento de competências técnicas, treinamentos spots, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e inglês online. Os treinamentos voltados para as competências técnicas e ações de educação continuada somaram 311.550 horas de treinamento.

O Programa Geração promove o desenvolvimento de jovens talentos envolvidos com seu crescimento profissional. Em 2012, ele foi ampliado com a reinclusão do Programa Geração Estágio Técnico voltado para as Diretorias de Engenharia e Operações, no qual tivemos 1.008 inscritos, disputando 20 vagas (15 em Operações e 5 em Engenharia). Para o Programa Geração Estágio Superior, 27.994 candidatos se inscreveram no 1º semestre de 2012 em que foram recrutados 186 estudantes. Já no 2º semestre foram 22.104 inscritos para 412 vagas disponíveis.

Para captar jovens profissionais e nos posicionar como marca empregadora, participamos de 16 Feiras Universitárias em 6 Estados do Brasil.

Participaram dos processos para os Programas de Trainees cerca de 10 mil candidatos. Destes, 6 foram selecionados para o Programa Trainee Executivo, com foco na formação de jovens talentos com perfil multifuncional para atuação em diferentes frentes do negócio, e 26 selecionados para o Programa Trainee Expert, que visa desenvolver jovens talentos no skill técnico para suportar a evolução e a inovação tecnológica do negócio.

Em 2012 foram oferecidas em torno de 500 horas de treinamento para os públicos do Programa Geração. No ano de 2012 fechamos 8.265 posições na Oi. O recrutamento interno é prioridade para a Companhia. Em 2012, 67,5% das vagas abertas para executivos foram preenchidas por candidatos internos, via **assessment**. No geral, 51,9% das vagas abertas no ano foram preenchidas por colaboradores, com exceção das vagas dos projetos de lojas, porta a porta (PAP) e trainee, voltados principalmente para o público externo. Esse dado torna-se ainda mais expressivo quando comparamos com o número de pessoas que demonstraram interesse em trabalhar na Oi, ao cadastrarem seus currículos no sistema utilizado pela Empresa (Vagas.com): 719.229 pessoas externas cadastradas atualmente. Além disso, 130 estagiários foram efetivados no ano como colaboradores, média de 10,8 por mês. Por fim, 1.919 Colaboradores foram promovidos de cargo e de salário.

Pensando no bem-estar físico e emocional de seus colaboradores, a Oi promove uma série de iniciativas que visam à valorização, o cuidado e o reconhecimento do seu capital humano. São vários programas como ginástica laboral, shiatsu, RPG, pilates de solo, drenagem linfática e orientação nutricional, programas para gestantes, entre outros.

Ao longo do ano, foram realizadas diversas ações de comunicação interna com o objetivo de alinhar os colaboradores à missão, visão e práticas definidas para sustentar a Estratégia da Companhia e transformar a Oi na telecom preferida dos clientes. A campanha envolveu a produção de vídeos com reconhecimento de projetos, comunicação digital, ambientação de escritórios, entre outras soluções de mobilização e engajamento interno. Para reforçar os conceitos por trás das práticas - "Cliente no Centro de Tudo", "Resultado Sustentável", "Fazer Acontecer com Excelência" e "Gente que Surpreende" - foram criados e disponibilizados e-learning que facilitam a assimilação dos comportamentos e atitudes desejadas.

Em 2012, as ações de voluntariado estiveram em pauta através de projetos como a parceria firmada desde 2003, com a Organização **Junior Achievement**. Aproximadamente 400 voluntários da Oi ministraram aulas sobre as vantagens de permanecer na escola, impactando cerca de 4.400 alunos da rede pública de ensino fundamental em todo o Brasil. Na mesma linha, foi realizada no meio do ano a Campanha de Doação de Sangue em parceria com hemocentros de diversos estados brasileiros. A ação mobilizou cerca de 800 Colaboradores, resultando na doação de 479 bolsas de sangue coletadas e 24 cadastros para doação de medula óssea.

A Oi também ofereceu a oportunidade a vinte colaboradores de participarem como voluntários no apoio à equipe técnica durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em junho e que teve a Empresa como fornecedora oficial de serviços de TI e Telecom do evento.

Finalmente, entre os meses de novembro e dezembro, a Oi incentivou seus Colaboradores a participarem da Campanha de Natal Solidário, uma tradição na Empresa. Dessa vez, a parceria foi firmada com os Correios em todo o país para estimular a participação na ação "Papai Noel dos Correios", que envolve as cartas enviadas por crianças em situação de vulnerabilidade social. Ao todo, 1.945 crianças tiveram seus pedidos de Natal atendidos por Colaboradores Oi.

14 AUDITORIA EXTERNA

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003 informamos que a Oi e suas controladas contrataram a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

A política da companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à Oi se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No exercício de 2012, os auditores da Companhia não prestaram outros serviços, além dos de auditoria da Oi S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP/IFRS)		Passivo e patrimônio líquido Circulante	Nota	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP/IFRS)	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011		
Circulante						Não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.043.984	4.354.317	4.413.042	6.004.506	Emprestimos e financiamentos	18	1.567.710	1.543.703	4.658.849	1.840.552
Aplicações financeiras	9	853.277	89.331	2.425.907	1.084.027	Empréstimos e financiamentos	19	1.877.195	1.025.753	3.113.621	1.143.537
Instrumentos financeiros derivativos	20	381.866	7.186	640.229	7.186	Instrumentos financeiros derivativos	20	194.405	25.698	309.555	25.698
Contas a receber	10	1.756.800	1.705.213	7.018.497	2.010.487	Tributos correntes a receber	12	66.539	4.100	1.065.754	179.194
Estoques		13.741	4.246	385.165	12.671	Outros tributos	13	1.097.494	1.165.680	2.248.075	1.445.362
Tributos correntes a recuperar	12	119.361	99.025	1.726.369	353.225	Dividendos e juros sobre o capital próprio	25	613.097	307.720	625.770	307.720
Outros tributos	13	561.669	563.901	1.557.177	783.382	Autorizações e concessões a pagar	21	49.426		1.058.881	131.984
Depósitos e bloqueios judiciais	14	1.728.996	1.609.577	2.068.315	1.651.114	Programa de refinanciamento fiscal	22	49.828	36.993	99.732	39.238
Dividendos e juros sobre o capital próprio	28	663.884	430.377			Provisões	23	1.080.455	1.234.430	1.569.356	1.283.354
Ativo relacionado aos fundos de pensão	26	8.653	50.149	9.311	50.149	Provisões para fundos de pensão	26	103.666	75.599	103.666	77.745
Demais ativos		236.984	207.601	900.774	288.826	Demais obrigações	24	334.831	1.780.340	1.439.462	2.014.762
		7.369.215	9.120.923	21.144.786	12.245.573			7.269.820	7.262.079	17.066.887	8.619.177
Não circulante						Patrimônio líquido atribuído aos controladores	25				
Créditos com partes relacionadas	11	1.501	6.703		2.217.682	Capital social		7.308.753	3.731.059	7.308.753	3.731.059
Aplicações financeiras	9	14.277	13.327	63.692	13.327	Custo de emissão de ações		(56.609)		(56.609)	
Instrumentos financeiros derivativos	20	246.164		348.870		Reservas de capital		13.730.513	4.367.576	13.730.513	4.367.576
Tributos diferidos a recuperar	12	198.365	4.033.922	4.075.999	4.982.322	Reservas de lucro		383.527	891.242	383.527	891.242
Outros tributos	13	243.987	148.754	738.019	178.636	Ações em tesouraria		(2.104.524)	(149.642)	(2.104.524)	(149.642)
Ativo financeiro disponível para venda	3			905.829		Outros resultados abrangentes		140.184		140.184	
Depósitos e bloqueios judiciais	14	5.998.197	4.847.762	9.722.731	4.955.025	Variação de percentagem de participação		3.916		3.916	
Ativo relacionado aos fundos de pensão	26	99.242	140.276	101.114	142.614	Dividendos adicionais propostos		420.858	1.748.567	420.858	1.748.567
Investimentos	15	24.398.093	7.451.757	80.712	8.436			19.826.618	10.588.802	19.826.618	10.588.802
Intangível	17	11.471.695	264.398	15.359.054	1.084.857	Participações dos não controladores					370
		49.185.340	21.133.637	56.646.485	19.418.458	Total do patrimônio líquido		19.826.618	10.588.802	19.826.618	10.589.172
Total do ativo		56.554.555	30.254.560	77.791.271	31.664.031	Total do passivo e patrimônio líquido		56.554.555	30.254.560	77.791.271	31.664.031

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP/IFRS)	
		2012	2011	2012	2011
Receitas de vendas e/ou serviços	4	7.016.979	7.478.656	25.169.230	9.245.255
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(4.741.402)	(3.848.801)		



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP/IFRS)	
	2012	2011	2012	2011
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	143.667	1.260.469	1.109.081	1.495.375
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	3.326.760	171.422	4.045.769	127.521
Depreciação e amortização	2.063.745	711.122	4.591.808	1.044.226
Perdas sobre contas a receber	97.781	263.398	502.509	332.808
Provisões	231.492	529.684	400.595	570.672
Provisão para fundos de pensão	7.701	6.865	8.118	7.237
Equivalência patrimonial	(2.481.715)	(676.070)		
Perda na baixa de ativo permanente	83.539	5.663	339.096	12.693
Receita na alienação de bens	(231.974)		(389.128)	
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	49.426	49.019	121.430	49.019
Participação de empregados e administradores	143.682	7.893	387.380	27.449
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(472.786)	49.251	(942.021)	49.251
Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	(2.125)	(1.297)	(48.233)	(306.548)
Atualização monetária de provisões	92.185	156.719	233.017	167.087
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	43.650	44.414	81.371	46.299
Reversão de atualização monetária de depósitos judiciais			198.853	198.853
Dividendos prescritos	(49.122)	(50.330)	(74.732)	(50.330)
Outros	70.824	25.919	1.376.661	204.319
	3.116.730	2.752.994	11.742.721	3.975.931
Mutações patrimoniais				
Contas a receber	(150.170)	(249.949)	(1.723.305)	(274.193)
Estoques	(9.495)	(3)	(234.494)	8.102
Tributos	118.830	169.861	581.295	152.874
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(1.360.659)	(2.419.014)	(8.885.812)	(3.811.531)
Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	609.427	2.915.190	8.963.131	3.641.371
Despesas antecipadas	(101.781)	(143.505)	(1.452.539)	(332.135)
Fornecedores	(430.803)	(234.431)	(760.098)	(185.429)
Salários, encargos sociais e benefícios	29.107	(44.921)	65.322	(69.200)
Provisões	(310.165)	(338.232)	(771.125)	(655.042)
Provisão para fundos de pensão	(100.525)	(96.148)	(100.526)	(96.148)
Outras contas ativas e passivas	(151.542)	(40.049)	133.519	7.760
	(1.857.776)	(481.201)	(4.184.632)	(1.323.717)
Encargos financeiros pagos	(1.844.636)	(302.255)	(2.502.884)	(496.843)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(1.030)	(23.427)	(892.820)	(205.326)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(71.429)	(81.380)	(286.538)	(110.690)
Dividendos recebidos	948.185		83.087	
	(968.910)	(407.062)	(3.699.155)	(812.859)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	290.044	1.864.731	3.858.934	1.839.301
Atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(853.431)	(557.652)	(5.329.827)	(883.611)
Créditos com partes relacionadas e debêntures - Liberações	(3.041)	(78.556)		
Créditos com partes relacionadas e debêntures - Recebimentos	149.147	75.133	133.023	
Recursos obtidos na venda de bens	362.839	17.067	716.475	21.438
Depósitos e bloqueios judiciais	(1.610.764)	(1.420.379)	(2.409.166)	(1.467.182)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP/IFRS)	
	2012	2011	2012	2011
Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	369.428	242.427	747.489	243.535
Ativo financeiro disponível para venda			(250.186)	
Aquisição de ações de minoritários			(35.032)	
Aumento/Redução de investimentos permanentes	13.958	(2.927)	(11.969)	(3.066)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(1.571.864)	(1.724.887)	(6.439.193)	(2.088.886)
Atividades de financiamentos				
Captações líquidas de custos	8.062.318	5.427.489	7.067.093	4.586.555
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	4.932.933	(1.094.072)	(4.980.381)	(1.095.808)
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos por incorporação	461.837		4.930.186	
Autorizações e concessões		(70.949)	(319.667)	(79.926)
Programa de refinanciamento fiscal	(52.034)	(23.991)	(153.227)	(29.887)
Aumento de capital em controladas			(1.468.225)	
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(2.404.370)	(462.223)	(2.405.419)	(462.223)
Reembolso de ações	(2.008.325)		(2.008.325)	
Bonificação de ações	(1.155.811)		(1.155.811)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(2.029.318)	2.308.029	974.449	2.918.711
Variação cambial sobre equivalentes de caixa	805	118.443	14.346	118.443
Fluxo de caixa do exercício	(3.310.333)	2.566.316	(1.591.464)	2.787.569
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	1.043.984	4.354.317	4.413.042	6.004.506
Saldo inicial	4.354.317	1.788.001	6.004.506	3.216.937
Varição no exercício	(3.310.333)	2.566.316	(1.591.464)	2.787.569
DIVULGAÇÕES ADICIONAIS A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA				
Transações não-caixa				
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Varição entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	457.318	500.395	1.146.565	413.460
Redução do investimento na BrT Celular mediante a liquidação de mútuo e debêntures da Companhia com a controlada (Nota 15 item (ii))	3.763.789			
Dividendos declarados e não pagos	416.686	251.433	416.686	251.433
Dividendos declarados por controladas e não recebidos	663.884	430.377		
Ações bonificadas a resgatar	99.967	1.501.984	99.967	1.501.984
Resgate parcial de ações de investidas liquidado por mútuo	1.210.302			
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	246.887	253.021	378.693	254.693
Compensação de depósitos judiciais contra tributos		158.281		158.281
Reorganização Societária				
Os ativos adquiridos e os passivos assumidos em 27 de fevereiro de 2012 decorrentes da Reorganização Societária, comentada na Nota 1, estão resumidos abaixo.				
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	461.837		4.930.186	
Tributos a recuperar	199.060		5.084.467	
Investimentos	20.300.806		60.307	
Imobilizado	2.460.487		17.465.174	
Intangível	11.897.231		14.524.876	
Empréstimos e financiamentos	(17.995.900)		(21.101.747)	
Tributos a recolher	(4.870.301)		(7.145.615)	
Outros ativos e passivos	920.793		(243.635)	
Acervo líquido incorporado	13.574.013		13.574.013	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. ("Companhia" ou "Oi") anteriormente denominada Brasil Telecom S.A. ou "BrT", é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Leblon, na Rua Humberto de Campos, 425-8º andar. A Companhia ainda possui: (i) através da controlada integral Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; (ii) através da controlada indireta TNL PCS S.A. ("TNL PCS") a autorização para prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e III; e (iii) através da controlada integral 14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Celular") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

As vigências dos contratos de concessão e das autorizações acima mencionadas se encontram divulgadas na Nota 17. A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - "Securities and Exchange Commission" dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e negocia seus ADR's - "American Depositary Receipts" na NYSE - "New York Stock Exchange".

Em Reunião realizada no dia 18 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração apreciou e aprovou as Demonstrações financeiras da Companhia, bem como autorizou a sua publicação.

As participações em controladas da Companhia, após a exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta		Indireta	
		2012	2012	2011	2011
14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Celular")	Telefonia móvel - Região II	100%		100%	
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia")	Tráfego de dados	99,99%	100%	90,46%	100%
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card")	Serviços financeiros	100%		100%	
Vant Telecomunicações S.A. (i)	Comunicação multimídia			99,99%	100%
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center")	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	100%		100%	
BrT Serviços de Internet S.A. ("BrT")	Holding	100%		100%	
Agência O Jornal da Internet Ltda. ("OJINT") (i)	Internet			30%	
iG Participações S.A. ("iG Part") (ii)	Holding			0,16%	100%
Internet Jor do Brasil S.A. ("iG Brasil")	Internet	100%	13,64%	100%	
Nova Tarifa Participações Ltda. ("NTPA") (ii)	Holding			100%	
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS")	Tráfego de dados	99,99%	100%	99,99%	100%
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. ("BrT SCS Bermuda") (1)	Tráfego de dados			100%	100%
Brasil Telecom de America Inc. ("BrT de America") (2)	Tráfego de dados			100%	100%
Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BrT Venezuela") (3)	Tráfego de dados			100%	100%
Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal ("BrT Colômbia") (4)	Tráfego de dados			100%	100%
Oi Paraguay Comunicaciones SRL ("Oi Paraguay") (5)	Tráfego de dados			100%	100%
Sumbe Participações S.A. ("Sumbe")	propriedades			100%	
Rio Alto Participações S.A.	Investimentos em propriedades			100%	
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5")	propriedades			100%	
Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR")	Telefonia Fixa - Região I			100%	
TNL PCS S.A. ("TNL PCS")	Telefonia Móvel - Regiões I e III			100%	
Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo")	Sistemas de pagamentos e de crédito			100%	
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda ("Paggo Acquirer")	Sistemas de pagamentos e de crédito			100%	
Paggo Administradora de Crédito Ltda ("Paggo Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito			100%	
Oi Serviços Financeiros S.A.	Investimentos em propriedades	99,87%		100%	
Copart 4 Participações S.A. ("Copart 4")	Investimentos em propriedades			100%	
Telemar Internet Ltda ("Oi Internet")	Internet			100%	
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Dommo")	Compra e venda de imóveis			100%	
SERDE - Serviços de Rede S.A. ("Serde")	Serviços de rede			100%	
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet Wifi			100%	
VEX Wifi Tec España S.L (6)	Internet Wifi			100%	
VEX Venezuela C.A (3)	Internet Wifi			100%	
VEX Wifi S.A (7)	Internet Wifi			100%	
VEX Ukraine LLC (8)	Internet Wifi			100%	
VEX USA Inc (2)	Internet Wifi			100%	
VEX Bolívia (9)	Internet Wifi			100%	
Pointer Networks S.A. - SUC Argentina (10)	Internet Wifi			100%	
VEX Wifi Canadá Ltd (11)	Internet Wifi			100%	
VEX Chile Networks Serv Tec Ltda (12)	Internet Wifi			100%	
VEX Colômbia Ltda (4)	Internet Wifi			100%	
VEX Paraguay S.A. (5)	Internet Wifi			100%	
Pointer Peru S.A.C. (13)	Internet Wifi			100%	
VEX Portugal S.A. (14)	Internet Wifi			100%	
VEX Panamá S.A. (15)	Internet Wifi			100%	
Oi Brasil Holdings Cooperatief UA (16)	Sistemas de pagamentos e de crédito			100%	
Circuito das Águas Telecom S.A.	Investimentos em propriedades			100%	
Caryopoeae Participações S.A.	Investimentos em propriedades			100%	
Bryophyta SP Participações S.A.	Investimentos em propriedades			100%	

(i) Controlada incorporada conforme divulgado, nesta nota, no item Outras incorporações realizadas em 2012.
(ii) Controlada incorporada conforme divulgado, nesta nota, no item Reorganização Societária do Grupo iG realizada em outubro de 2012.

Todas as controladas da Companhia são sediadas no Brasil exceto as seguintes:

- Sediada em Bermuda
- Sediada nos Estados Unidos da América
- Sediada na Venezuela
- Sediada na Colômbia
- Sediada no Paraguai
- Sediada na Espanha
- Sediada no Uruguai
- Sediada na Ucrânia
- Sediada na Bolívia
- Sediada na Argentina
- Sediada no Canadá
- Sediada no Chile

13) Sediada no Peru
14) Sediada em Portugal
15) Sediada no Panamá
16) Sediada na Holanda

As participações em empreendimentos controlados em conjunto estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta		Indireta	
		2012	2012	2011	2011
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Tráfego de dados			50%	
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções")	Financeira			50%	

Os ativos e passivos das entidades controladas em conjunto foram combinados linha a linha nas demonstrações contábeis da Companhia pelo método de consolidação proporcional, conforme apresentado abaixo:

AIX	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo circulante	6.707		6.012	
Ativo não circulante	60.012		60.012	
Passivo circulante	1.640		2.895	
Passivo não circulante	62.184		23.837	
Patrimônio líquido	23.837		24.112	
Receitas				
Despesas				
Paggo Soluções	2012	2011	2012	2011
Ativo circulante	1.281		38.264	
Ativo não circulante	38.264		2.847	
Passivo circulante	2.847		36.698	
Patrimônio líquido	36.698		306	
Receitas				
Despesas				
			306	
			(15.579)	

Reforma do Estatuto Social da Companhia

Em reunião da AGE - Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, no dia 7 de novembro de 2012, foi aprovada a reforma de seu Estatuto Social a fim de adaptá-lo às novas regras do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA para o ingresso da Companhia no referido nível de governança.

Reorganizações Societárias em 2012

Reorganização Societária do Grupo Oi realizada em fevereiro de 2012

Em Assembleia Geral realizada em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), TMAR, Coari Participações S.A. ("Coari") e Oi) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela c



Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado e ativos intangíveis que não ágio.

Combinações de negócios

A Companhia optou por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (“goodwill”), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, sintercard e acessórios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Ativo financeiro disponível para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas e controladas em conjunto (“*joint ventures*”) são incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica. Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.

As UGC são os segmentos de negócios da Companhia, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

- As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:
 - Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outros;
 - Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

A avaliação da Companhia nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida e de aplicações financeiras no exterior em moeda estrangeira e, inclusive, decorrentes das variações das taxas de juros flutuantes das dívidas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substancia contratual da transação.

A partir de 27 de fevereiro de 2012, a Companhia passou a fazer uso da contabilidade de “*hedge*” para os instrumentos financeiros derivativos, sendo que a sua controlada TMAR já adotava desde 1 de janeiro de 2011.

OI S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001 - 43

A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de “*hedge*” são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária (“*dollar offset*”).

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de “*hedge*” são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de “*hedge*” os instrumentos financeiros derivativos classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa. A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Outros resultados abrangentes”, líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de “*hedge*” são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

Será terminada a relação de “*hedge*” e a designação removida quando:

(i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a Companhia e sua controlada TMAR removerem voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de “*hedge*” continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do período no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de “*hedge*” são apropriadas.

(ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela Companhia e sua controlada TMAR no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estão descritas na Nota 3.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

• Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

No plano de benefício definido se adota o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais pelo critério do corredor. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

• Plano de opção de compra de ações - A Companhia possuía plano de opções de compra de ações outorgadas a administradores e empregados, liquidadas em ações, que foi extinto em 31 de dezembro de 2011. O valor justo dos serviços recebidos dos empregados em troca da garantia destas opções foi determinado com referência no valor justo das opções, estabelecido na data de sua concessão.

• Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalho proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

- Programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

As controladas BRt Celular e TNL PCS implementaram um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, descontos em aparelhos, eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferi-los ao Programa Multiplús Fidelidade (programa parceiro) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento em postos de combustíveis, entre outros.

Os pontos concedidos no programa são contabilizados como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados ou transferidos aos programas parceiros. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referência média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2)/IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui na base de cálculo da provisão entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 16 e 17, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (“*impairment*”) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida (“*goodwill*”) a Companhia testa, no mínimo anualmente, eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2 (b).

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 23. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliada pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionados aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter novos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

(d) Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas que entraram em vigor em 2012, mas não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A adoção das IFRSs novas e revisadas que entraram em vigor em 2012 não impactou, individualmente ou no conjunto, os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior, no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (iii) - permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam



considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "inputs" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os "inputs" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "inputs" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e ativo financeiro disponível para venda pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares. O ativo financeiro disponível para venda é classificado como Nível 1.

Não ocorreram transferências entre níveis e ou alocação no Nível 3 entre 31 de dezembro de 2012 e de 2011. A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2012 de 2011. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia:

	Mensuração contábil	Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Equivalentes de caixa	Valor justo	Nível 2	1.020.224	1.020.224	4.066.168	4.066.168
Aplicações financeiras	Valor justo	Nível 2	867.554	867.554	2.489.599	2.489.599
Contas a receber (iv)	Custo amortizado		1.756.800	1.756.800	7.018.497	7.018.497
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	628.030	628.030	989.099	989.099
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado		663.884	663.884		
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado		1.501	1.501		
Ativo financeiro disponível para venda (i)	Valor justo	Nível 1			905.829	905.829
Passivos						
Fornecedores (iv)	Custo amortizado		1.567.710	1.567.710	4.658.849	4.658.849
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado		12.828.637	13.466.814	25.169.701	25.807.878
Debêntures	Custo amortizado		13.602.838	14.548.228	8.176.388	8.457.517
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	319.726	319.726	514.297	514.297
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado		613.097	613.097	625.770	625.770
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado		49.426	49.426	2.157.997	2.157.997
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado		542.658	542.658	1.085.099	1.085.099

	Mensuração contábil	Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Equivalentes de caixa	Valor justo	Nível 2	4.264.765	4.264.765	5.868.374	5.868.374
Aplicações financeiras	Valor justo	Nível 2	102.658	102.658	1.097.354	1.097.354
Contas a receber (iv)	Custo amortizado		1.705.213	1.705.213	2.010.487	2.010.487
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	7.186	7.186	7.186	7.186
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado		430.377	430.377		
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado		6.703	6.703	2.217.682	2.331.243
Passivos						
Fornecedores (iv)	Custo amortizado		1.543.703	1.543.703	1.840.552	1.840.552
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado		4.712.170	4.642.398	3.996.588	3.926.816
Debêntures	Custo amortizado		4.108.623	4.145.270	4.108.623	4.145.270
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	25.698	25.698	25.698	25.698
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado		307.720	307.720	307.720	307.720
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado		676.481	676.481		
Ações bonificadas a resgatar	Custo amortizado		1.501.984	1.501.984	1.501.984	1.501.984
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado		419.131	419.131	446.428	446.428

(i) Em 4 de março de 2011, a TMAR deu início ao processo de aquisição de 10% de participação acionária na PT - Portugal Telecom, conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de janeiro de 2011. Em 31 de março de 2012, a TMAR detinha 7,4% do capital social da PT, tendo pago o montante de R\$ 1.366.910, já incluindo os custos de transação e impostos no valor total de R\$ 157.735.

Através de sucessivas aquisições no decorrer de abril e de maio de 2012, a TMAR concluiu o processo de aquisição de 10% de participação na PT, tendo sido pago em tais aquisições o valor de R\$ 250.186, que inclui os custos de transação e impostos no valor total de R\$ 951.

A Administração considera que (i) a participação da TMAR de 10% do capital social da PT e (ii) os dois representantes da TMAR nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da PT não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 32 e 39, foi registrado como ativo financeiro disponível para venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a TMAR apurou desvalorização no valor justo das ações da PT, sendo o impacto no consolidado da Companhia de R\$ 82.991, sendo o montante líquido de tributos de R\$ 54.774. Dado a relevância, e em consonância com o CPC 38/IAS 32 e 39, a controlada direta TMAR reconheceu a perda em despesa financeira.

(ii) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(iii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iv) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(b) **Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado**
Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

(c) **Risco de taxa de câmbio**
Ativos
Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em fundos de investimentos, geridos exclusivamente para a Companhia e suas controladas, e em "time deposits". O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 6,71% (2011 - 26,5%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Adicionalmente, a controlada TMAR possui ativo financeiro disponível para venda referente a investimento em ações da Portugal Telecom. Esses ativos estão assim representados no balanço:

	Controladora			
	2012	2011	2012	2011
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	27.565	27.565	1.235.754	1.235.754
Aplicações financeiras	140	140		
Consolidado				
	2012	2011	2012	2011
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	449.791	449.791	1.299.466	1.299.466
Aplicações financeiras	13.246	13.246		
Ativo financeiro disponível para venda	905.829	905.829		

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 39,1% (2011 - 0,01%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 97% (2011 - 100%) está coberta por operações de proteção nas modalidades "swap" cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ganho (perda) com "swap" cambial	152.555	(2.434)	458.774	(2.434)
Operações de termo em moedas	407.574	(46.817)	467.041	(46.817)
Total	560.129	(49.251)	925.815	(49.251)

Em 31 de dezembro de 2012, foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos "hedges" cambiais designados para fins de contabilidade de "hedge".

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo em 2011				
Reorganização Societária:				
• Resultados dos "hedges" designados			119.907	119.907
• Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"			(40.768)	(40.768)
• "Hedge" reflexo de controlada			10.103	15.307
• Tributos diferidos sobre "hedge" reflexo de controlada				(5.204)
Resultado dos "hedges" designados			25.271	47.272
Transferência da porção inefetiva ao resultado			(495)	1.055
Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva			8.483	9.990
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"			(11.308)	(20.032)
"Hedge" reflexo de controlada - após 27/02/2012			16.934	
Saldo em 2012			128.127	128.127

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos "swap" estão resumidos a seguir:

	Indexador	Vencimento	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"			
			Controladora		Valor justo	
			2012	2011	2012	2011
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (i)						
Posição ativa	US\$ 4,75% a 5,50%	abr/2019 a out/2020	1.266.970		1.445.505	
Posição passiva	CDI 83,55% a 103,52%	abr/2019 a out/2020	(1.266.970)		(1.098.222)	
Valor líquido					347.283	
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré (ii)						
Posição ativa	US\$ 3,32% a 5,50%	out/2020	1.430.450		1.610.741	
Posição passiva	R\$ 6,15% a 12,82%	out/2020	(1.430.450)		(1.536.258)	
Valor líquido					74.483	
Contraparte: (i) - Deutsche, Goldman Sachs, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander. (ii) - Goldman Sachs, Merrill Lynch e Morgan Stanley						

	Indexador	Vencimento	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"			
			Consolidado		Valor justo	
			2012	2011	2012	2011
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (i)						
Posição ativa	US\$ 2,21% a 5,50%	jul/2015 a mar/2021	1.703.023		1.916.017	
Posição passiva	CDI 70,40% a 103,52%	mar/2021	(1.703.023)		(1.632.472)	
Valor líquido					283.545	
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré (ii)						
Posição ativa	US\$ 3,32% a 5,50%	out/2020	1.430.450		1.610.742	
Posição passiva	R\$ 6,15% a 12,82%	out/2020	(1.430.450)		(1.536.258)	
Valor líquido					74.484	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (iii)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M + 1,07% a 2,50%	fev/2016 a ago/2020	1.836.024		1.865.155	
Posição passiva	CDI 88,65% a 109,54%	ago/2020	(1.836.024)		(1.678.765)	
Valor líquido					186.390	
Contraparte: (i) - Deutsche, Goldman Sachs, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, Itaú BBA, Citibank (ii) - Goldman Sachs, Merrill Lynch e Morgan Stanley (iii) - Credit Agricole, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, BNP Paribas e HSBC.						

	Indexador	Vencimento	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"			
			Consolidado		Valor justo	
			2012	2011	2012	2011
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (i)						
Posição ativa	US\$ 3,00% a 5,58%	nov/2014 a fev/2016	307.203		340.674	
Posição passiva	CDI 100,00% a nov/2014 a fev/2016					
Posição passiva	110,00%	fev/2016	(307.203)		(344.928)	
Valor líquido					(4.254)	
Contraparte: (i) - Citibank, Deutsche e Santander (ii) - Merrill Lynch						

Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (i)
US\$/R\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é em percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para reverter contratos de "swap". Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é em percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos "swaps" em Dólar revertidos.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos NDF "Non Deliverable Forward" estão resumidos a seguir:

	Indexador	"Forward"	Vencimento	Controladora			
				Valor de referência (nocial)		Valores a (pagar)/a receber	
				2012	2011	2012	2011
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF) (i)							
Posição líquida	US\$	2,0476 a 2,1314	jan/2013 a mar/2013	4.659.007	642.963	(99.311)	(18.512)
Contratos de "Non Delivery Forward" EUR /R\$ (NDF) (ii)							
Posição líquida	EUR	2,7041 a 2,7554	jan/2013 a fev/2013	2.020.500		(3.721)	
Contraparte: (i) - BNP, Barclays, Bradesco, Goldman Sachs, HSBC, Itaú, Merrill Lynch, Santander e Pine. (ii) - Barclays, Itaú, Merrill Lynch, Goldman Sachs, Morgan Stanley e Santander							

Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF) (i)
US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente aquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de USD para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de USD para posições mais longas.

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente aquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

Análise de sensibilidade de risco cambial
Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2012. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição		Taxa		Desvalorização
		2012	2011	
Cenário Provável	Dólar	2,0435		0%
	Euro	2,6954		0%
Cenário Possível	Dólar	2,5544		25%
	Euro	3,3693		25%
Cenário Remoto	Dólar	3,0653		50%
	Euro	4,0431		



Em 31 de dezembro de 2012, foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos "hedges" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedge".

	Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de "hedge" em outros resultados abrangentes	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 2011		
Reorganização Societária:		
Resultados dos "hedges" designados	(2.151)	(2.151)
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"	731	731
"Hedge" reflexo de controlada	(272)	(412)
Tributos diferidos sobre "hedge" reflexo de controlada		140
Resultado dos "hedges" designados	21.049	22.472
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(2)	2
Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva		(1.642)
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"	(7.156)	(7.083)
"Hedge" reflexo de controlada - após 27/02/2012	(142)	
Saldo em 2012	12.057	12.057

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"					
			Controladora		Valor justo	
	Indexador	Vencimento	2012	2011	2012	2011
Contratos de "swap" Pré/DI (i)						
Posição ativa	Pré 11,30% a 12,35% CDI 103,35% a	out/2020	368.885		430.848	
Posição passiva	113,70%	out/2020	(368.885)		(389.659)	
Valor líquido					41.189	
Contraparte:	(i) - Goldman Sachs e Morgan Stanley					

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"					
			Consolidado		Valor justo	
	Indexador	Vencimento	2012	2011	2012	2011
Contratos de "swap" Pré/DI (i)						
Posição ativa	Pré 11,30% a 12,35% CDI 103,35% a	out/2020	368.885		430.848	
Posição passiva	113,70%	out/2020	(368.885)		(389.659)	
Valor líquido					41.189	
Contratos de "swap" USS Libor/ USS Pré (ii)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M + 0,80%	jul/2015	167.195		168.120	
Posição passiva	US\$ 3,62% a 3,82%	jul/2015	(167.195)		(174.899)	
Valor líquido					(6.779)	
Contraparte:	(i) - Goldman Sachs e Morgan Stanley (ii) - Itaú BBA.					

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"					
			Controladora		Valor justo	
	Indexador	Vencimento	2012	2011	2012	2011
Contratos de "swap" CDI+ "spread"/CDI (i)						
Posição ativa	CDI + 0,55%	mar/2013	270.000		276.646	
Posição passiva	CDI 103,80%	mar/2013	(270.000)		(276.258)	
Valor líquido					388	
Contratos de "swap" Pré/DI (ii)						
Posição ativa	Pré 11,00% a 12,82% CDI 99,70% a	out/2020	375.160		440.315	
Posição passiva	102,50%	out/2020	(375.160)		(382.869)	
Valor líquido					57.446	
Contratos de "swap" US Libor/ USS Pré (ii)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M + 3,00%	fev/2022	3.045.500		5.822.175	
Posição passiva	US\$ 5,88%	fev/2022	(3.045.500)		(5.931.628)	
Valor líquido					(109.453)	
Contraparte:	(i) - Citibank S.A. (ii) - Merrill Lynch e Morgan Stanley					

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"					
			Controladora		Valor justo	
	Indexador	Vencimento	2012	2011	2012	2011
Contratos de "swap" CDI+ "spread"/CDI (i)						
Posição ativa	CDI + 0,55%	mar/2013	270.000		276.646	
Posição passiva	CDI 103,80%	mar/2013	(270.000)		(276.258)	
Valor líquido					388	
Contratos de "swap" Pré/DI (ii)						
Posição ativa	Pré 11,00% a 12,82% CDI 99,70% a	out/2020	375.160		440.315	
Posição passiva	102,50%	out/2020	(375.160)		(382.869)	
Valor líquido					57.446	

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"					
			Controladora		Valor justo	
	Indexador	Vencimento	2012	2011	2012	2011
Contratos de "swap" CDI+ "spread"/CDI (i)						
Posição ativa	CDI + 0,55%	mar/2013	270.000		276.646	
Posição passiva	CDI 103,80%	mar/2013	(270.000)		(276.258)	
Valor líquido					388	
Contratos de "swap" Pré/DI (ii)						
Posição ativa	Pré 11,00% a 12,82% CDI 99,70% a	out/2020	375.160		440.315	
Posição passiva	102,50%	out/2020	(375.160)		(382.869)	
Valor líquido					57.446	

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"					
			Controladora		Valor justo	
	Indexador	Vencimento	2012	2011	2012	2011
Contratos de "swap" CDI+ "spread"/CDI (i)						
Posição ativa	CDI + 0,55%	mar/2013	270.000		276.646	
Posição passiva	CDI 103,80%	mar/2013	(270.000)		(276.258)	
Valor líquido					388	
Contratos de "swap" Pré/DI (ii)						
Posição ativa	Pré 11,00% a 12,82% CDI 99,70% a	out/2020	375.160		440.315	
Posição passiva	102,50%	out/2020	(375.160)		(382.869)	
Valor líquido					57.446	

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"					
			Controladora		Valor justo	
	Indexador	Vencimento	2012	2011	2012	2011
Contratos de "swap" US\$ LIBOR/US\$ Pré (iii)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M + 3,00%	fev/2022	3.910.458		6.663.293	
Posição passiva	US\$ 1,58% a 5,88%	fev/2022	(3.910.458)		(6.801.646)	
Valor líquido					(138.353)	
Contratos de "swap" USS Pré/ USS LIBOR (iv)						
Posição ativa	US\$ 5,88%	fev/2022	3.045.500		5.931.629	
Posição passiva	3,00%	fev/2022	(3.045.500)		(5.822.175)	
Valor líquido					109.454	
Contraparte:	(i) - Citibank S.A. (ii) - Merrill Lynch e Morgan Stanley (iii) - Citibank S.A., Merrill Lynch, Morgan Stanley e Société Generale (iv) - Morgan Stanley					

Contratos de "swap" de taxa de juros
US\$ LIBOR/US\$ Pré: Referem-se a operações de "swap" de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de "swap" de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

CDI+ "Spread"/CDI: Refere-se a operação de "swap" de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais "spread". Neste contrato, a posição ativa é em CDI mais "spread" e a posição passiva é em percentual do CDI.

R\$ Pré/CDI: Referem-se a operações de "swap" de taxa de juros para conversão de uma posição de "swap" cambial passivo pré-fixado em R\$ para passivo em % DI. Esta operação visa trocar o lastro cambial de determinada dívida em US\$ para uma posição flutuante em DI, anulando o efeito da ponta pré-fixada presente na estrutura.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e principalmente ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas. Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Administração estimou cenários de variação nas taxas DI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar que, a taxa TJLP se mantém estável, em 6% a.a., desde julho de 2009 até junho de 2012 e em julho de 2012, esta foi reduzida para 5,5% a.a., mantida neste patamar até dezembro de 2012, quando sofrerá nova redução, desta vez para 5,0% a.a.

2012								
Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto				
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M
6,90%	5,5%	0,50825%	8,63%	6,88%	0,63531%	10,35%	8,25%	0,76238%

2011						
Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto		
CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP	TJLP
10,87%	6,00%	13,59%	7,50%	16,31%	9,00%	

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi. O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente. Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9. Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Operação	Risco individual	Controladora				
		Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 Anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	559.886	663.745	448.743	159.325	1.831.699
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	123.300	246.115	245.259	275.336	890.040
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	138.365	114.466	69.997	37.356	360.184
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US Libor	(101.133)	(202.701)	(202.979)	(456.771)	(963.584)
Total vinculado a taxas de juros		720.448	821.625	561.020	15.246	2.118.339
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	639.520	804.595	545.447	193.694	2.183.256
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	148.091	306.368	305.297	342.762	1.102.518
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	149.510	128.486	83.633	55.755	417.384
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US Libor	(102.213)	(207.059)	(207.343)	(466.592)	(983.207)
Total vinculado a taxas de juros		834.908	1.032.390	727.034	125.619	2.719.951
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	718.505	944.604	641.654	228.125	2.532.888
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	172.627	366.135	364.850	409.651	1.313.263
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	156.267	141.612	100.073	83.352	481.304
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US Libor	(103.294)	(211.418)	(211.707)	(476.414)	(1.002.833)
Total vinculado a taxas de juros		944.105	1.240.933	894.870	244.714	3.324.622
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível - Cenário Provável		114.460	210.765	166.014	110.373	601.612
CDI		104.395	201.103	156.742	101.795	564.035
TJLP		11.145	14.200	13.636	18.399	57.200
US Libor		(1.080)	(4.358)	(4.364)	(9.821)	(19.623)
Cenário Remoto - Cenário Provável		223.657	419.308	333.850	229.468	1.206.283
CDI		207.916	400.879	312.502	203.115	1.124.412
TJLP		17.902	27.146	30.076	45.996	121.120
US Libor		(2.161)	(8.717)	(8.728)	(19.643)	(39.249)

Operação	Risco individual	Controladora				
		Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 Anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	801.054	1.147.068	712.831	191.797	2.852.750
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	286.075	520.237	343.335	305.977	1.455.624
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	451.620	630.369	388.084	173.445	1.643.518
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US Libor	(83.280)	(118.403)	(45.198)	(15.854)	(262.735)
Total vinculado a taxas de juros		1.574.951	2.357.695	1.464.289	678.436	6.075.371
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	928.321	1.383.751	860.611	232.443	3.405.126
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	333.114	632.229	426.987	381.011	1.773.341
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	481.837	695.430	470.192	266.148	1.913.607
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US Libor	(84.594)	(122.557)	(46.993)	(16.559)	(270.703)
Total vinculado a taxas de juros		1.779.839	2.772.592	1.778.507	887.188	7.218.126
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.054.538	1.618.829	1.007.488	273.101	3.953.956
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	379.729	743.521	510.010	455.445	2.088.705
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	493.495	747.971	571.476	405.933	2.218.875
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US Libor					



(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fundos de investimentos exclusivos	853.277	89.331	2.407.900	1.084.027
Títulos privados	14.277	13.327	81.699	13.327
Aplicações financeiras	867.554	102.658	2.489.599	1.097.354
Circulante	853.277	89.331	2.425.907	1.084.027
Não circulante	14.277	13.327	63.692	13.327

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Operações compromissadas	930.157	1.713.046	3.104.259	2.559.127
CDB - Certificado de Depósito Bancário	33.728	1.307.362	124.788	1.903.062
"Time Deposits"	3.630	343.279	343.279	
Títulos públicos	18.106	1.754	49.979	59.649
Outros	525	156	31.921	614
Títulos classificados em equivalentes de caixa	986.146	3.022.318	3.654.226	4.522.452
Títulos públicos	853.137	65.411	2.394.654	1.052.585
CDB - Certificado de Depósito Bancário		23.920		31.442
Outros	140		13.246	
Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo	853.277	89.331	2.407.900	1.084.027
Total aplicado em fundos exclusivos	1.839.423	3.111.649	6.062.126	5.606.479

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark", o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Serviços faturados	1.329.592	1.420.533	5.302.938	1.753.230
Serviços a faturar	754.676	777.630	1.888.295	820.014
Aparelhos e acessórios vendidos	5.264	7.739	578.551	21.073
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(332.732)	(500.689)	(751.287)	(583.830)
Total	1.756.800	1.705.213	7.018.497	2.010.487

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A faturar	754.676	777.630	1.888.295	820.014
A vencer	386.031	549.714	3.377.971	805.418
A receber de outros provedores	323.522	227.938	737.060	265.454
Vencidas até 60 dias	436.713	381.687	1.162.487	409.313
Vencidas de 61 a 90 dias	46.175	72.984	154.918	77.536
Vencidas de 91 a 120 dias	34.820	44.271	127.301	47.928
Vencidas de 121 a 150 dias	29.558	32.069	100.194	34.650
Vencidas de 151 a 180 dias	78.037	119.609	221.558	134.004
Total	2.089.532	2.205.902	7.769.784	2.594.317

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo em 01/01/2011	(488.938)	(566.738)	(488.938)	(566.738)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(263.398)		(332.808)	
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	251.647	315.716	251.647	315.716
Saldo em 2011	(500.689)	(583.830)	(500.689)	(583.830)
Aumento por Reorganização Societária			(363.253)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(97.781)		(502.509)	
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	265.738	698.305	265.738	698.305
Saldo em 2012	(332.732)	(751.287)	(332.732)	(751.287)

11. CRÉDITOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Mútuo com controlada	1.421		6.646	
Juros sobre mútuo	80	57		
Total	1.501	6.703	1.501	6.703
Não circulante	1.501	6.703		

Debêntures privadas - principal

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Juros sobre debêntures privadas			1.500.000	
Total			1.500.000	

Debêntures privadas de emissão da TMAR

Em função da Reorganização Societária, aprovada em 27 de fevereiro de 2012, as debêntures emitidas pela TMAR em 17 de fevereiro de 2009 e 12 de março de 2011, nos valores de R\$ 1.200.000 e R\$ 300.000, respectivamente, inscritas pela BrT Celular, foram incorporadas pela Companhia. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, marcado para o dia 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um "spread" de 4,0% a.e. e seu recebimento coincide com a data de vencimento das debêntures.

Em 1 de junho de 2012, as debêntures originalmente emitidas pela TMAR e incorporadas na Companhia foram baixadas em contrapartida à redução de capital procedida na BrT Celular, conforme descrito na Nota 15 item (ii).

As contrapartes encontram-se demonstradas na Nota 28.

12. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	12.906	23.560	806.135	184.985
CS a recuperar (ii)	4.655	4.415	320.922	63.358
IRRF/CS - Impostos retidos na fonte (ii)	101.800	71.050	599.312	104.882
Circulante	119.361	99.025	1.726.369	353.225
Tributos diferidos a recuperar				
IR sobre créditos fiscais - ágio incorporado (iii)		1.616.134		1.616.134
CS sobre créditos fiscais - ágio incorporado (iii)		581.809		581.809
IR sobre diferenças temporárias (v)	1.218.539	1.755.455	1.320.137	1.320.137
CS sobre diferenças temporárias (v)	404.192	486.886	431.093	431.093
IR sobre prejuízos fiscais (v)	135.863	1.068.594	704.586	704.586
CS sobre base negativa (v)	27.730	516.359	246.269	246.269
Provisão para perda de recuperabilidade (v)			(5.281)	
Outros tributos diferidos (vi)	198.365	49.655	248.705	87.575
Não circulante	198.365	4.033.922	4.075.999	4.982.322

Tributos correntes a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IR a pagar	8.567	3.013	719.944	131.170
CS a pagar	57.972	1.087	345.810	48.024
Circulante	66.539	4.100	1.065.754	179.194

Tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IR sobre créditos fiscais - ágio incorporado (iii)	(1.456.452)		(1.456.452)	
CS sobre créditos fiscais - ágio incorporado (iii)	(524.323)		(524.323)	
IR sobre diferenças temporárias (v)	(1.156.792)	(1.156.792)	(1.156.792)	(1.156.792)
CS sobre diferenças temporárias (v)	(376.317)	(376.317)	(376.317)	(376.317)
IR sobre prejuízos fiscais (v)	(467.782)	(467.782)	(467.782)	(467.782)
CS sobre base negativa (v)	(153.251)	(153.251)	(153.251)	(153.251)
IR Diferido - mais valia (iv)	3.212.328	3.212.328	3.212.328	3.212.328
CS Diferido - mais valia (iv)	1.156.438	1.156.438	1.156.438	1.156.438
Não circulante	233.849	233.849	233.849	233.849

Adições (Exclusões) temporárias por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Provisões	1.385.940	1.464.810	1.989.192	1.497.289
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	131.825	110.067	167.550	136.446
Provisões para fundos de pensão	197.689	211.329	198.607	212.084
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	113.129	170.234	621.917	198.274
Participação nos lucros	47.823		137.349	
Variações cambiais	(21.403)	(110.264)	278.479	(110.270)
Ágio incorporado (iii)		2.197.943		2.197.943
Outras adições e exclusões temporárias	(267.657)	(227.195)	124.027	(194.682)
Subsídios e Fistel			53.845	7.153
Provisão para desmobilização de ativos	4.264	3.750	23.040	4.936
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda			241.826	
Reconhecimento de receita			14.134	
Ganho na alienação de investimentos			(12.989)	
Amortização diferido RTT			10.689	
Contabilidade de "hedge"	(58.501)		(72.216)	

(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

(ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

(iii) A Companhia incorporou montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas em virtude da Reorganização Societária ocorrida no decorrer do exercício de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto para os exercícios de 2012 a 2034.

(iv) Em decorrência da Reorganização Societária, aprovada em 27 de fevereiro de 2012, a Companhia incorporou os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos (passivos) calculados sobre a mais valia de ativos imobilizados e intangíveis, apurados quando da aquisição do controle de, a época, Brasil Telecom S.A.

(v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2012, históricos de rentabilidade ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 154.849 (2011 - R\$ 62.950).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, líquidos da provisão reconhecida:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2013		893.662		893.662
2014		21.965		1.182.403
2015		21.965		657.599
2016		21.965		717.752
2017		209.687		549.492
De 2018 a 2020		1.856.595		1.980.528
Total		2.154.142		5.981.436

(vi) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			
	Aumento por Reorganização Societária		Reconhecimento no resultado	
	Saldo em 2011	Saldo em 2012	Saldo em 2011	Saldo em 2012
Impostos diferidos Ativos/(Passivos):				
Provisões	1.464.810	(78.870)		1.385.940
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	110.067	21.758		131.825
Provisões para fundos de pensão	211.329	(13.640)		197.689
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	170.234	(57.105)		113.129
Participação nos lucros	47.823			47.823
Variações cambiais	(110.264)	(70.917)		(181.181)
Ágio incorporado	2.197.943	(217.168)		1.980.775
Outras adições e exclusões temporárias	(227.195)	(40.462)		(267.657)
Provisão para desmobilização de ativos	3.750	514		4.264
Contabilidade de "hedge"	(40.037)		(18.464)	(58.501)
Prejuízos fiscais	135.863	331.919		467.782
Base negativa de CSSL	27.730	125.521		153.251
Outros tributos diferidos - Saldo credor de exercícios anteriores	49.655	263.927		16.909
Eleito tributário da Reorganização Societária	(4.856.838)	488.072	(132.126)	(4.368.766)
Total	4.033.922	(4.703.865)	768.140	(18.464)

Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo em 2011	4.033.922		4.033.922	
Passivo não circulante			(233.849)	
Total	4.033.922		3.800.073	

Consolidado

	Aumento por Reorganização Societária		Reconhecimento no resultado		Reconhecimento no resultado		Saldo em 2012
	Saldo em 2011	Saldo em 2012	Saldo em 2011	Saldo em 2012	Saldo em 2011	Saldo em 2012	
Impostos diferidos Ativos/(Passivos):							
Provisões	1.497.289	657.528	(165.625)				1.989.192
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	136.446		31.104				167.550
Provisões para fundos de pensão	212.084		(13.477)				198.607
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	198.274	456.428	(32.785)				621.917
Participação nos lucros	22.180	115.169					137.349
Variações cambiais	(110.270)	215.365	173.384				278.479
Ágio incorporado	2.197.943	(217.168)					1.980.775
Outras adições e exclusões temporárias	(194.682)	346.976	(30.994)	2.727			124.027
Subsídios e Fistel	7.153	51.248	(4.556)				53.845
Provisão para desmobilização de ativos	4.936	18.481	(377)				23.040
Ajuste no valor justo de ativos financeiros							



17. INTANGÍVEL

	Controladora					
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)						
Saldo em 01/01/2011	132.365	82.150	2.035.225		58.144	2.307.884
Adições			75			75
Transferências	(132.365)	(54.196)	80.466		1.085	(105.010)
Saldo em 2011	27.954	2.115.766			59.229	2.202.949
Aumento por Reorganização						
Societária			14.477.394	115.777	389.083	14.982.254
Adições	87.055	45.102			1.019	133.176
Transferências	(108.295)	58.919			49.376	
Saldo em 2012	6.714	2.219.787	14.477.394	115.777	498.707	17.318.379
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2011	(120.747)	(1.787.420)	(23.609)	(1.931.776)		
Despesas de amortização		(122.315)		(5.207)	(127.522)	
Transferências	120.747				120.747	
Saldo em 2011		(1.909.735)		(28.816)	(1.938.551)	
Aumento por Reorganização						
Societária			(2.696.769)	(388.254)	(3.085.023)	
Despesas de amortização		(102.095)	(710.764)	(10.251)	(823.110)	
Saldo em 2012		(2.011.830)	(3.407.533)	(427.321)	(5.846.684)	
Intangível líquido						
Saldo em 2011	27.954	206.031			30.413	264.398
Saldo em 2012	6.714	207.957	11.069.861	115.777	71.386	11.471.695
Taxa anual de amortização (média)		20%	6%	19%		

	Consolidado					
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)						
Saldo em 01/01/2011	533.525	152.123	2.787.865	883.851	18.005	4.375.369
Adições		919	1.073		261	2.253
Transferências	(85.455)	117.706			1.106	33.357
Saldo em 2011	533.525	66.668	2.906.490	884.924	19.372	4.410.979
Aumento por Reorganização						
Societária	(451.577)	279.182	2.787.332	17.186.444	115.777	657.131
Adições		348.048	368.848		307.872	1.267.218
Baixas	(53.419)	(32.499)			(4.552)	(90.470)
Transferências	(242.800)	193.746			49.054	
Saldo em 2012	81.948	292.081	6.203.117	18.440.216	115.777	10.287.877
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2011	(453.031)	(2.334.729)	(255.484)	(13.692)	(3.056.936)	
Despesas de amortização		(206.036)	(58.904)	(4.246)	(269.186)	
Saldo em 2011	(453.031)	(2.540.765)	(314.388)	(17.938)	(3.326.122)	
Aumento por Reorganização						
Societária	444.984	(1.948.582)	(4.014.798)	(531.017)	(6.049.413)	
Despesas de amortização		(413.494)	(906.830)	(121.179)	(1.441.503)	
Baixas		13.995		86	141.076	
Transferências		(136)		136		
Saldo em 2012	(8.047)	(4.888.982)	(5.236.016)	(669.917)	(10.802.962)	
Intangível líquido						
Saldo em 2011	80.494	66.668	365.725	570.536	1.434	1.084.857
Saldo em 2012	73.901	292.081	1.314.135	13.204.200	115.777	358.960
Taxa anual de amortização (média)		20%	7,5%	19,5%		

Intangíveis de vida útil indefinida

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") alocados nas unidades geradoras de caixa ("UGC") de TV e Meios de pagamento e valores de marcas e patentes alocados na UGC de Provedor de internet RIL.

Em dezembro de 2012 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de "impairment", baseadas em projeções de fluxo de caixa descontadas de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 22,5% para TV, 8,5% para Meios de pagamento e 33,1% para provedor de internet RIL, taxa de desconto de 11,8% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Intangíveis de vida útil indefinida alocado a UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	58.721	37.690	96.441	4.620.169
Meios de pagamento	40.272	36.211	76.483	101.487
Provedor de internet RIL	41.612	115.777	157.389	2.267.806
Total	140.605	189.678	330.313	6.989.462

	Consolidado		
	Assinatura	Prazo do termo	Custo de aquisição
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/12/2002	17/12/2017	191.502
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	28.624
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	488.235
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (Banda H)	26/05/2011	30/04/2023	1.073
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	1.102.007
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	66.096
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	45.218
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 (2G)	29/04/2008	30/04/2023	131.106
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 e 3 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	867.018
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	126.820
Radiofrequências e SMP TNL PCS	07/12/2007	07/12/2022	8.868
Concessão TV a cabo Way TV (Uberlândia)	06/11/1998	06/11/2013	3.906
Concessão TV a cabo Way TV (Belo Horizonte)	08/02/1999	08/02/2014	16.669
Concessão TV a cabo Way TV (Barbacena)	08/02/1999	08/02/2014	535
Concessão TV a cabo Way TV (Poços de Caldas)	08/02/1999	08/02/2014	1.735
Valor justo das licenças STFC da aquisição de controle da BrT	08/01/2009	31/12/2025	14.477.394
Valor justo das licenças SMP da Amazônia Celular	03/04/2008	13/03/2016	230.030
Radiofrequências (subfaixas 2,5 GHz (4G) e 450 MHz (i))	30/06/2012	30/06/2027	368.848
Outras licenças			284.532
Total			18.440.216

(i) Aquisição de radiofrequência nas subfaixas de 2,5GHz (4G) e 450 MHz conforme detalhado na Nota 21. Os lotes adquiridos são compostos de:

- Subfaixa V2, na frequência 2,5 GHz (FDD) com abrangência nacional e banda de 10+10 MHz;
- Subfaixa P, com lotes nas áreas regionais 11, 43, 51, 53, 71, 81, 88, 94, 95 e 96, na frequência 2,5 GHz (FDD) e banda de 10+10 MHz, e
- Subfaixa de 450 MHz para a região Centro-Oeste e o estado do Rio Grande do Sul com banda de 7+7 MHz.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
212.088	427.595	1.027.030	503.735	
576.673	479.965	900.277	481.513	
278.216	290.961	783.292	306.705	
194.321	105.215	574.303	135.358	
164.951	77.941	455.363	105.018	
		295.362	66.885	
33.914	32.498	242.170	53.187	
27.296	26.623	132.991	37.037	
		86.456	43.976	
2.773	13.783	25.609	13.783	
77.478	89.122	136.196	93.355	
Total	1.567.710	1.543.703	4.658.849	1.840.552

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (Inclui debêntures)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
9.622.984	3.118.875	25.155.935	3.883.614	
211.685	131.138	575.529	130.216	
12.231.051	4.070.360	7.920.740	4.070.360	
1.416.605	60.847	300.566	60.847	
3.264.052	1.329.358			
45.750	154.169			
(360.652)	(43.954)	(606.681)	(44.826)	
Total	26.431.475	8.820.793	33.346.089	8.105.211
Circulante	1.877.195	1.025.753	3.113.621	1.143.537
Não circulante	24.554.280	7.795.040	30.232.468	6.961.674

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		TIR %
	2012	2011	2012	2011	
BNDES	2.202.482	1.522.267	6.366.740	2.229.449	
Moeda nacional	2.202.482	1.522.267	6.366.740	2.229.449	Dez/2012 à Dez/2018
Debêntures públicas	8.179.789	4.131.207	8.221.306	4.131.207	Dez/2012 à Jul/2021
Debêntures privadas	5.467.867				Dez/2012 à Mai/2022
Instituições financeiras	7.632.187	1.727.746	19.384.724	1.789.381	
Moeda nacional	1.613.581	1.726.827	6.087.859	1.788.462	
CCB		3.185.647			Dez/2012 à Jan/2028
"Senior Notes"	1.136.948	1.136.316	1.136.948	1.136.316	Dez/2012 à Set/2016
CRJ	439.232	544.646	1.360.766	544.646	Dez/2012 à Ago/2022
Outros	37.401	45.865	404.498	107.500	Dez/2012 à Dez/2033
Moeda estrangeira	6.018.606	919	13.276.865	919	
Linhas de crédito de ECA		4.123.977			Dez/2012 à Ago/2020
"Senior Notes"	6.018.258	9.152.540			Dez/2012 à Out/2020
Outros	348	919	348	919	Dez/2012 à Fev/2012
Mútuo com controladas	3.309.802	1.483.527			Dez/2012 à Fev/2022
Subtotal	26.792.127	8.864.747	33.952.770	8.150.037	
Custo de transação incorrido	(360.652)	(43.954)	(606.681)	(44.826)	
Total	26.431.475	8.820.793	33.346.089	8.105.211	

Sigla:

ECA - "Export Credit Agency" (Agência de crédito à exportação)

CCB - Cédula de Crédito Bancário

CRJ - Certificados de Recebíveis Imobiliários

Custos de transações por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Instituições financeiras	314.386	20.581	555.199	20.581
Moeda nacional	28.170	20.581	127.099	20.581
Moeda estrangeira	286.216		428.100	
BNDES	1.448	789	6.564	1.661
Moeda nacional	1.448	789	6.564	1.661
Debêntures públicas	44.818	22.584	44.918	22.584
Total	360.652	43.954	606.681	44.826
Circulante	53.994	7.445	96.974	7.579
Não circulante	306.658	36.509	509.707	37.247

Composição da dívida por moeda

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Reais	20.699.085	8.819.874	20.497.326	8.104.292
Dólar Norte-Americano	3.727.327	919	10.843.700	919
Euro	2.005.063		2.005.063	
Total	26.431.475	8.820.793	33.346.089	8.105.211

Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Taxa pré-fixada	7.182.086	1.241.957	11.431.248	1.271.370
CDI	14.879.079	5.592.150	9.139.158	4.108.624
TJLP	1.893.080	1.427.927	5.537.503	2.122.561
Libor	121	572	3.794.036	572
IPCA	2.453.818	534.898	3.376.952	534.898
INPC	23.291	23.289	67.192	67.186
Total	26.431.475	8.820.793	33.346.089	8.105.211

Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2014	6.645.053		3.791.347	
2015	140.420		2.484.782	
2016	4.593.730		4.598.630	
2017	4.412.097		6.359.379	
2018 e exercícios seguintes	11.069.638		13.508.037	
Total	24.860.938		30.742.175	

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação classificados no passivo não circulante serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	



- (ii) FUNTEL - A provisão foi constituída com base na alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL, (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a FUEL e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente) e no potencial impacto na base de cálculo do FUNTEL.
- (iii) ISS - A Companhia e a TMAR mantêm provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como alugueis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos.
- (iv) ILL - A TMAR compenou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.
- (v) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de prova provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.
- (vi) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

Cível
 (i) Societário - Contratos de Participação Financeira - os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais nº 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integrando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, sociedade incorporada pela Companhia, discutem a forma utilizada para realizar a redistribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A Companhia provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do período de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Companhia a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Companhia, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A Companhia atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese.

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela Companhia, em benefício de acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balanço mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverá incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucesso, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a Administração julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2012, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da Companhia.

- (ii) Estimativas ANATEL - refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU - Plano Geral de Metas de Universalização e ePGMK - Plano Geral de Metas de Qualidade;
- (iii) Multas ANATEL - refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's - Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ e de RIQ - Regulamento de Indicadores de Qualidade; e
- (iv) Jucizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos;

- (v) Demais ações - refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, certas agências exigindo a reabertura dos centros de atendimento ao cliente, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos proferiram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 1.051.868 (2011 - R\$ 923.133).

Durante o exercício de 2011, a Companhia concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela Companhia tinha como base atribuir às causas os valores informados por seus consultores jurídicos externos e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos em processos de mesma natureza.

Tributária

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) ICMS - diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais se destacam dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributados pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante aproximado de R\$ 5.755.124 (2011 - R\$ 1.294.767);
- (ii) ISS - suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 1.787.183 (2011 - R\$ 351.593);
- (iii) INSS - autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 956.585 (2011 - R\$ 331.319); e
- (iv) Tributos federais - diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 8.761.255 (2011 - R\$ 991.177).

IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Amortização do ágio - Autuação de julho de 2005 - Questionamento de R\$ 2.534.951, substancialmente, relacionado à operação societária realizada pela TNL em 1998 que proporcionou a apropriação do ágio contábil apurado no leilão de privatização do Sistema Telebrás. A amortização do ágio e correspondente dedução para fins tributários estão previstas na Lei nº 9.532/1997, que, em seu art. 7º, autoriza que o produto da amortização do ágio seja computado no lucro real da Companhia resultante de fusão, cisão ou incorporação, em que uma delas detenha investimento na outra, adquiridos com ágio fundamentado na perspectiva de rentabilidade da investida.

A TNL obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R\$ 658.156, permanecendo como possível o montante de R\$ 1.876.795. Contra tal decisão, a companhia interpôs Recurso Voluntário, o qual foi integralmente provido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, para cancelar a autuação. O referido acórdão transitou em julgado em 19 de março de 2012, com decisão favorável a Companhia, sucessora da TNL em virtude da Reorganização Societária aprovada em AGE no dia 27 de fevereiro de 2012. Tendo em vista Decisão Favorável, o referido montante foi baixado em março 2012.

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outros. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 991.269 (2011 - R\$ 648.496).

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 corresponde a R\$ 4.383.030 (2011 - R\$ 2.592.775) na controladora e R\$ 12.216.671 (2011 - R\$ 2.697.529) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

Ativo contingente

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária promovida pela Companhia, através da qual reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS: questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF - Superior Tribunal Federal concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da Companhia e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela Companhia em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. A Companhia aguarda o julgamento dos processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Companhia, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam um ativo contingente não reconhecido contabilmente, é de R\$ 21.504 (2011 - R\$ 20.813) e de R\$ 22.000 (2011 - R\$ 21.304) para o consolidado.

24. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Adiantamento de clientes	177.475	95.032	780.264	364.622
Recostas a apropriar	86.408		691.789	201
Provisão para desmobilização de ativos	23.775	22.848	218.516	30.577
Ações bonificadas a resgatar	99.967	1.501.984	99.967	1.501.984
Consignação a favor de terceiros	8.931	181.662	41.441	274.281
Valores a pagar - grupamento de ações	21.845	116.603	21.845	116.603
Valores a pagar de aval recebido de empresas ligadas	880	5.940		5.940
Outros	10.326	63.482	157.549	82.614
Total	429.607	1.987.551	2.011.371	2.376.822
Circulante	334.831	1.780.340	1.439.462	2.014.762
Não circulante	94.776	207.211	571.909	362.060

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 7.308.753 (2011 - R\$ 3.731.059), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2012	2011

Capital total em ações	2012	2011
Ações ordinárias	599.009	203.423
Ações preferenciais	1.198.078	399.597
Total	1.797.087	603.020

Ações em tesouraria	2012	2011
Ações ordinárias	84.251	
Ações preferenciais	72.808	13.231
Total	157.059	13.231

Ações em circulação	2012	2011
Ações ordinárias	514.758	203.423
Ações preferenciais	1.125.270	386.366
Total em circulação	1.640.028	589.789
Valor patrimonial por ação em circulação	12,09	17,95

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 2,5 bilhões de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) no caso de emissão de novas ações preferenciais sem direito a voto.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar prioridade entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme descrito na Nota 1, o capital social da Companhia sofreu um aumento no valor de R\$ 3.085.409 devido à Reorganização Societária ocorrida em fevereiro de 2012.

Em decorrência da bonificação de ações aprovada na AGE de 10 de agosto de 2012, o capital social da Companhia sofreu um aumento no valor de R\$ 492.285, passando a ser de R\$ 7.308.753.

(b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria na data de 31 de dezembro de 2012 são originadas de eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro semestre de 2012, a seguir descritos:

(i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Companhia e, consequentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Companhia naquela data;

- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Companhia e as ações então detidas pela TNL da Companhia, em decorrência da incorporação da Coari na Companhia, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria; e
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do lucro do reembolso das ações de acionistas dissidentes.

A posição das ações em tesouraria é a seguinte:

	Ações Ordinárias (*)		Ações Preferenciais (*)	
	Valor		Valor	
Saldo em 2011			13.231	149.642
Ações canceladas no processo de Reorganização Societária, item (i) acima			(13.231)	(149.642)
Ações registradas na Reorganização Societária, item (ii) acima	24.648	93.491		
Ações reembolsadas aos acionistas dissidentes, item (iii) acima	59.539	786.647	72.158	1.221.678
Outros	64	240	650	2.468
Saldo em 2012	84.251	880.378	72.808	1.224.146

(*) Quantidade em milhares de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)

	2012	2011
Médio ponderado	13,40	11,31
Mínimo	3,79	10,31
Máximo	15,25	13,80

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2012		2011	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	72.808	84.251	13.231	
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	8,32	9,16	10,88	
Valor de mercado	605.763	771.739	143.953	

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem a recompra:

	2012		2011	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Saldo contábil das reservas de capital			11.737.274	499.042
Ações em tesouraria			(2.104.524)	(149.642)
Saldo, líquido das ações em tesouraria			9.632.750	349.400

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva de ágio na emissão de ações: resultado da diferença entre o valor pago na subscrição de ações e o valor destinado ao capital.

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação - acervo líquido: representa o acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Reserva de opções de ações: conta constituída em razão das opções de ações, outorgadas e reconhecidas de acordo com os planos de pagamentos com base em ações, e liquidada com instrumentos do patrimônio líquido. No primeiro trimestre de 2012 o plano de opções foi extinto e a reserva foi realizada.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998.

Outras reservas de capital: formadas pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações. Até o encerramento do exercício de 2007 a retenção de lucros para investimentos permanecia na conta de lucros acumulados, em linha com o art. 8º da Instrução CVM nº 59/1986. Com a vigência da Lei nº 11.638/2007, que determina que não deve permanecer saldo na conta de lucros acumulados ao final do exercício, a referida retenção de lucros remanescentes integra esta reserva para investimentos.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia. As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$ 837.440. De acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita a aprovação da AGO, o saldo do lucro do exercício, acessido dos lucros acumulados no montante de R\$ 104, foi destinado da seguinte forma: (i) dividendo obrigatório no montante de R\$ 416.686 e (ii) para o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 420.858.

Adicionalmente, a Administração propõe a bonificação de ações resgatáveis de emissão da Companhia no montante de R\$ 162.456, sujeita a aprovação da AGE. A bonificação está inserida no contexto da Política de Remuneração aos Acionistas da Companhia para o período de 2012 a 2015, anunciada por meio do Fato Relevante de 17 de abril de 2012, a qual prevê o pagamento de R\$ 1 bilhão por ocasião da realização da AGO que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2012.

Conforme AGO da Companhia realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovada a destinação do lucro no exercício de 2011 no montante de R\$ 1.005.731 da seguinte forma: (i) dividendo obrigatório no montante de R\$ 251.433 e (ii) para o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório o valor de R\$ 1.748.567, sendo o montante de R\$ 754.298, com base no resultado do exercício e R\$ 994.269, com base na de Reserva de investimentos.

Dividendos mínimos obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	837.440	1.005.731
Reserva legal - 5%		
Lucro líquido ajustado	837.440	1.005.731
Dividendos mínimos obrigatórios	209.360	251.433
Juros sobre o capital próprio bruto		
IRRF s/ Juros sobre o capital próprio		
Juros sobre o capital próprio líquido		
Dividendos provisionados em complemento aos juros sobre o capital próprio		
Total da remuneração dos acionistas	209.360	251.433

Os dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais do exercício de 2012 foram calculados como segue:

	2012	
I - Critério de 6% a.a. sobre o capital social		
Capital social subscrito	7.308.753	
Total de ações em circulação (*)	1.640.028	
Total de ações preferenciais em circulação (*)	1.125.270	
Base de cálculo	5.014.743	
Percentual do dividendo mínimo estatutário	6%	
Dividendo mínimo estatutário	300.885	
II - Critério de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação		
Patrimônio líquido	20.243.304	
Total de ações em circulação (*)	1.640.028	
Total de ações preferenciais em circulação (*)	1.125.270	
Base de cálculo	13.889.580	
Percentual do dividendo mínimo estatutário	3%	
Dividendo mínimo estatutário	416.686	

(*) em milhares de ações

Segue o demonstrativo dos dividendos e bonificações de ações do exercício de 2012:

	2012		Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	
Dividendos			
Dividendos extraordinários (em 10 de agosto de 2012)	159.357	348.358	507.715
Dividendos mínimos obrigatórios (em 31 de dezembro de 2012)		416.686	416.686
Dividendos adicionais propostos (em 31 de dezembro de 2012)	262.881	157.97	



(iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

3) PAMEC-BT - Plano assistencial administrado pela Companhia

O plano de benefício definido, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao TCSPREV que é administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-BT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Companhia.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (FATL)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantêm obrigações de benefício definido:

	Controladora			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.221.741	476.121	6.179	83.171
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	38.251	94.058		37.132
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.259.992	570.179	6.179	120.303
Valor justo dos ativos do plano	(1.395.052)	(1.538.770)	(7.206)	(131.445)
(-) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	864.940	(968.591)	(1.027)	(11.142)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	(287.298)	(27.604)		
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		888.300	1.027	11.142
(-) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido (i)	577.642	(107.895)		
	Consolidado			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev

	Controladora			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.222.876	476.262	265.881	2.641.209
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	39.648	95.523	11.516	625.647
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.262.524	571.785	277.397	3.266.856
Valor justo dos ativos do plano	(1.396.614)	(1.543.104)	(1.213.900)	(1.376.344)
(-) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	689.405	(901.764)	691.107	(904.531)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	(285.570)	(27.406)		
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		888.300	46.083	260.043
(-) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido (i)	580.340	(110.425)		
	Consolidado			
	2011			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV	BrTPREV	TCSPREV

	Controladora			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.848.870	388.611	1.849.787	388.728
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	51.388	81.759	55.220	83.085
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.900.258	470.370	1.905.007	471.813
Valor justo dos ativos do plano	(1.210.853)	(1.372.134)	(1.213.900)	(1.376.344)
(-) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	689.405	(901.764)	691.107	(904.531)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	(71.402)	(11.628)	(70.958)	12.057
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		779.949	779.949	
(-) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido (i)	618.003	(110.187)	620.149	(112.525)

(i) A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, no valor de R\$ 110.425 (2011 - R\$ 112.525), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

	Controladora			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.900.258	470.370	5.263	92.165
Juros sobre obrigações atuariais	188.814	47.229	520	9.269
Custo do serviço corrente	2.011	1.621		4.068
Benefícios pagos líquidos (Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(153.321)	(31.758)	(467)	(7.563)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.259.992	570.179	6.179	120.303
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.210.853	1.372.134	6.743	113.735
Rendimentos dos ativos do plano	136.351	155.939	748	12.778
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	106.334	42.401	182	12.495
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	94.835			
Pagamento de benefícios	(153.321)	(31.758)	(467)	(7.563)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.395.052	1.538.770	7.206	131.445
(-) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	864.940	(968.591)	(1.027)	(11.142)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	(287.298)	(27.604)		
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		888.300	1.027	11.142
(-) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	577.642	(107.895)		
	Consolidado			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev

	Controladora			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.905.007	471.813	230.190	2.621.700
Juros sobre obrigações atuariais	189.272	47.390	22.951	262.941
Custo do serviço corrente	2.422	1.751	182	11.060
Contribuições de participantes vertidas no ano			50	
Benefícios pagos líquidos (Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(153.389)	(31.767)	(16.225)	(234.503)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.262.524	571.785	277.397	3.266.856
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.213.900	1.376.344	296.076	3.205.748
Rendimentos dos ativos do plano	136.664	156.476	33.085	359.265
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	104.604	42.051	10.401	196.389
Contribuições normais recebidas pelo plano			143	
Patrocinadora			93	
Participantes			50	
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	94.835			
Pagamento de benefícios	(153.389)	(31.767)	(16.225)	(234.503)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.396.614	1.543.104	323.480	3.526.899
(-) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	865.910	(971.319)	(46.083)	(260.043)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	(285.570)	(27.406)		
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		888.300	46.083	260.043
(-) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	580.340	(110.425)		
	Consolidado			
	2011			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV	BrTPREV	TCSPREV

	Controladora			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.740.787	419.605	1.744.324	420.683
Juros sobre obrigações atuariais	180.021	43.719	180.365	43.844
Custo do serviço corrente	1.434	1.057	1.807	1.161
Benefícios pagos líquidos (Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(154.974)	(29.026)	(155.039)	(29.035)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.900.258	470.370	1.905.007	471.813
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.102.591	1.238.897	1.104.844	1.242.078
Rendimentos dos ativos do plano	119.204	134.046	119.414	134.393
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	53.339	28.217	53.989	28.908
Contribuições normais recebidas pelo plano			53	
Patrocinadora			53	
Participantes			53	
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	90.693		90.692	
Pagamento de benefícios	(154.974)	(29.026)	(155.092)	(29.035)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.210.853	1.372.134	1.213.900	1.376.344
(-) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	689.405	(901.764)	691.107	(904.531)
Ganhos/(Perda) atuariais não reconhecidos	(71.402)	(11.628)	(70.958)	12.057
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		779.949	779.949	
(-) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	618.003	(110.187)	620.149	(112.525)
	Consolidado			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev

	Controladora			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente	2.011	1.621		408
Juros sobre obrigações atuariais	188.814	47.229	520	9.269
Rendimento dos ativos do plano	(136.351)	(155.939)	(748)	(12.778)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida		1.084	681	13.529
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		117.686	(453)	(9.371)
Total da despesa (receita) reconhecida antes do ajuste	54.474	11.627		1.057
Ajustes para conciliação com lançamentos contábeis locais		(9.335)		
Total da despesa (receita) a ser reconhecida após ajuste	2.292			
	Consolidado			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev

	Controladora			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente	2.422	1.751	182	11.060
Juros sobre obrigações atuariais	189.272	47.390	22.951	262.941
Rendimento dos ativos do plano	(136.664)	(156.476)	(33.085)	(359.265)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	(3)	1.084	29.848	409.268
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		117.686	(19.802)	(324.004)
Total da despesa (receita) reconhecida antes do ajuste	55.027	11.435	94	
Ajustes para conciliação com lançamentos contábeis locais		(9.335)		
Total da despesa (receita) a ser reconhecida após ajuste	2.100			
	Consolidado			
	2011			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV	BrTPREV	TCSPREV

	Controladora			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente	1.434	1.057	1.807	1.161
Juros sobre obrigações atuariais	180.021	43.719	180.365	43.844
Rendimento dos ativos do plano	(119.204)	(134.046)	(119.414)	(134.393)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida		6.797	(2.222)	6.947
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		62.535		62.535
Total da despesa (receita) reconhecida	62.251	(19.938)	60.536	(19.906)

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela FATL, previstas para o exercício de 2013, são no montante de R\$ 103.625.

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos TelemarPrev, PBS-Telemar, BrTPREV e TCSPREV foram as seguintes:

	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	8,68%	8,68%	8,68%	4,5% a 14,95%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,52%	9,52%	9,52%	9,52%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos				1,21% a 11,69%
Taxa de rotatividade	6%	6%	Nula	

	PrTPREV, Alternativo e Fundador		
	2011		
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS			
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial		10,35%	10,35%
Taxa estimada de inflação		4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado		9,31%	9,31%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios		4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano		11,50%	11,50%
Tábua biométrica de mortalidade geral		AT2000	AT2000
		Zimmermann	Zimmermann
		Nichzugs	Nichzugs
Tábua biométrica de entrada em invalidez		Winklevoss	Winklevoss
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos</			



(i) Apesar da Diretoria Executiva da Companhia não avaliar os segmentos de internet, TV a cabo e meios de pagamento de forma individualizada, conforme requerido pelo CPC 22 parágrafo 13, seguem abaixo as principais informações referentes a estes segmentos:

	Internet		TV		Meios de pagamento	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Receita de clientes externos	359.628	252.250	323.074		3.552	
Receita de juros	25.514	13.153	1.120		17.059	
Despesa de juros	(7.374)	(4.165)	(990)		(10.801)	
Depreciação e amortização	(21.100)	(18.513)	(20.054)		(16.055)	
Lucro (prejuízo) líquido	80.597	1.887	(111.327)		(83.061)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativos	965.070	487.329	853.202		77.820	

O quadro a seguir apresenta os componentes das receitas por linha de produtos.

	2012	2011
Residencial	8.940.830	3.763.824
Mobilidade pessoal	8.016.200	1.615.418
Empresarial/Corporativo	7.695.184	3.369.954
Outros serviços	517.016	496.059
Total	25.169.230	9.245.255

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

Informações geográficas	Receitas de clientes externos		Ativos não circulantes (*)	
	2012	2011	2012	2011
No país sede da entidade	25.090.945	9.181.673	47.699.860	11.914.048
Em países estrangeiros	78.285	63.582	3.451.120	148.465
Total	25.169.230	9.245.255	51.150.980	12.062.513

(*) Exceto instrumentos financeiros, ativos relacionados aos fundos de pensão e aos tributos diferidos, conforme exigência do CPC 22 - Informações por Segmento.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contas a receber	204.489	160.771		51.617
BrT Call Center	3.142	1.985		
BrTI	4.344	1.572		
BrT CS	37			
iG Brasil	3.985	4.619		
BrT Multimídia	792	4.357		
BrT Celular	139.312	128.259		
VANT	4	170		
iG Part		8		
TMAR	49.838	12.333		25.722
Oi Internet	1.958	742		17.207
TNL PCS	1.077	6.726		8.688
Créditos com partes relacionadas	1.501	6.703		
BrT Call Center	10	9		
VANT		6.694		
BrT Multimídia	15			
BrTI	1.476			
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	663.884	430.377		
TMAR	368.424			
BrT Celular		170.000		
BrT Multimídia	90.823	84.606		
BrT CS	203.000	175.126		
BrT Card	1.637	645		
Debêntures				2.217.682
TMAR				2.217.682
Outros	134.205	54.499		
TMAR	40.281			
TNL PCS	150			
BrT Call Center	30.448	17.574		
BrT de America		67		
BrTI	266	245		
BrT Bermudas		30		
BrT CS		94		
BrT Venezuela		9		
iG Brasil	240	242		
BrT Multimídia	17.645	2.831		
BrT Celular	45.081	33.404		
VANT		2		
iG Part		1		
	Controladora	Consolidado		
	2012	2011	2012	2011
Passivo				
Fornecedores	296.715	143.216		51.785
BrT Call Center	62.089	3.684		
BrT CS	47.084	48.764		
iG Brasil	3.027	1.348		
BrT Multimídia	12.042	3.549		
BrT Celular	103.866	60.154		
TMAR	19.747	18.088		24.123
TNL PCS	8.880			14.919
Oi Internet	32.721	7.383		7.383
Pointer Networks	564	246		5.360
Paggo Administradora	6.695			
Empréstimos e financiamentos	3.309.802	1.483.527		
BrT Celular	223.875	1.483.527		
TMAR	1.487			
Oi Holanda	3.084.440			
Debêntures	5.467.867			
TMAR	879.633			
TNL PCS	4.588.234			
Dividendos a pagar		123.913		123.913
Coari		123.913		123.913
Demais obrigações	58.074	777.654		747.171
Coari		740.221		740.221
BrT Call Center	401	204		
BrTI	24.915	17.427		
BrT Bermudas		587		
iG Brasil		30		
BrT Multimídia	20.048	5.917		
BrT Celular	11.790	6.197		
BrT CS		10		
VANT		111		
TMAR	880	1.010		1.010
TNL		5.940		5.940

Receitas	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita dos serviços prestados	467.775	449.337	52.671	335.933
BrTI	2.738	2.095		
BrT Bermudas		176		
BrT CS		79		
iG Brasil	7.159	10.874		
BrT Multimídia	3.049	4.677		
BrT Celular	324.174	313.277		
VANT	300	1.363		
TMAR	106.794	91.599	47.333	273.858
Oi Internet	2.357	4.543	1.620	21.437
TNL PCS	21.060	20.654	3.718	40.638
Outras receitas operacionais	50.337	53.089		
BrT Call Center	7.296	7.684		
BrT CS		1		
iG Brasil	1.703	2.846		
BrT Multimídia	2.552	2.712		
BrT Celular	38.786	39.843		
VANT		3		
Receitas financeiras	45.298	12.258	48.233	306.548
BrT Call Center		1	785	
BrT Celular		9.919	10.961	
VANT		576	512	
BrTI		89		
TNL PCS		4.967		
TMAR		29.746	48.233	306.548

Custos e despesas operacionais	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
(1.399.335)	(1.334.001)	(58.163)	(301.903)	
BrT CS	(91.552)	(132.456)		
BrT Multimídia	(38.270)	(38.577)		
BrT Celular	(682.595)	(556.129)		
TMAR	(76.673)	(88.289)	(15.018)	(92.773)
TNL PCS	(102.807)	(190.206)	(37.090)	(201.101)
Pointer Networks	(3.897)	(246)	(808)	(251)
Paggo Administradora	(926)		(623)	
Oi Internet	(40.208)	(7.778)	(4.624)	(7.778)
BrT Call Center	(358.710)	(316.566)		
iG Brasil	(3.697)	(3.752)		
BrT Colômbia		(2)		
Despesas financeiras	(663.989)	(171.798)		(43.819)
BrT Call Center		(9)		
BrT Celular	(149.738)	(127.970)		
TNL	(6.770)	(40.930)		(40.930)
TMAR	(89.515)	(2.889)		(2.889)
Oi Holanda	(38.941)			
TNL PCS	(379.025)			

Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2011 - 115% do CDI).

Debêntures privadas a pagar

Em função da Reorganização Societária, aprovada em AGE no dia 27 de fevereiro de 2012, as debêntures emitidas pela TMAR em 9 de dezembro de 2008 e 15 de março de 2011, nos valores de R\$ 1.500.000 e R\$ 2.500.000, respectivamente, inscritas pela TNL PCS, foram incorporadas pela Companhia. Os prazos finais de vencimento das debêntures eram 11 de dezembro de 2013 e 15 de março de 2016, sem amortizações intermediárias e remuneração de CDI + 4,0% a.a. e 115% do CDI, respectivamente.

A Companhia incorporou também debênture emitida pela TMAR, em 10 de novembro de 2010, e inscrita pela Copart 4, no valor de R\$ 999.295, com prazo final de vencimento em 10 de junho de 2022. Os juros serão pagos semestralmente nos dias 10 de maio e 10 de novembro de cada ano, a partir de 10 de maio de 2011 até 10 de maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de junho de 2022. Em junho de 2012 a Companhia amortizou antecipadamente o montante de R\$ 128.386.

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a TMAR, TNL PCS e BrT Celular, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Oi Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

Garantias

Em função da Reorganização Societária, os financiamentos contratados junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos passaram a ter garantias e aval da Oi. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 43.172 (2011 - despesas de R\$ 37.744). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 492 (2011 - R\$ 550).

Transações com partes relacionadas não consolidadas

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contas a receber	984	2.126	11.526	2.126
Portugal Telecom	941	2.126	4.248	2.126
Unitel			2.278	
Contax	43		4.930	
PT Inovação			70	
	Controladora	Consolidado		
	2012	2011	2012	2011
Passivo				
Fornecedores	8.461	2.153	48.214	5.867
Portugal Telecom	203	126	1.084	126
Contax	2.361	2.027	25.179	5.741
TUDO	5.897		16.957	
Ability			400	
PT Inovação			4.523	
Veotex			71	
Dividendos a pagar	161.367		161.367	
Bratel Brasil S.A.	80.972		80.972	
AG Telecom Participações S.A.	27.593		27.593	
LF Tel. S.A.	27.593		27.593	
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	14.366		14.366	
BNDES Participações S.A. BNDESPAR	7.974		7.974	
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	2.351		2.351	
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	518		518	
	Controladora	Consolidado		
	2012	2011	2012	2011
Receita				
Receita dos serviços prestados	2.793	1.400	48.475	1.400
Portugal Telecom	2.059	1.400	9.705	1.400
Unitel			1.085	
Contax	686		34.296	
TUDO	48		1.319	
Ability			2.070	

Custos/Despesas	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custos e despesas operacionais	(25.821)	(140)	(119.960)	(140)
Portugal Telecom	(426)	(140)	(2.949)	(140)
PT Inovação			(4.758)	
PT Sistemas de Informação			(513)	
Veotex			(7.110)	
TUDO	(25.395)		(59.140)	
Ability			(45.490)	

Serviços prestados pela Contax

A Companhia e as controladas TMAR, BrT Celular e TNL PCS contratam serviços de "call center" e de cobrança da Contax que é controlada pelos controladores da TmarPart. A Contax presta serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e serviços de cobrança. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 49.997 (2011 - R\$ 46.384) na controladora e de R\$ 1.279.551 (2011 - R\$ 103.095) no consolidado.

Contratos de financiamentos com o BNDES

Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 13,05% (2011 - 13,05%) do capital votante da TmarPart, empresa "holding" do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.

O saldo devido relativo